



**Claudio Fernando Lima dos Santos**

**Construção de subjetividades negras nos espaços  
acadêmicos  
O estudo dos NEABs**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Angela Maria de Randolpho Paiva

Rio de Janeiro  
Setembro de 2023



**Claudio Fernando Lima dos Santos**

**Construção de subjetividades negras nos espaços  
acadêmicos  
O estudo dos NEABs**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Prof<sup>a</sup>. Angela Maria de Randolpho Paiva**

Orientadora

Departamento de Ciências Sociais - PUC-Rio

**Prof. Fernando Cardoso Lima Neto**

Departamento de Ciências Sociais - PUC-Rio

**Prof<sup>a</sup>. Elielma Ayres Machado**

Departamento de Ciências Sociais e Educação - UERJ

**Prof<sup>a</sup>. Rosana Rodrigues Heringer**

Departamento de Educação – UFRJ

Rio de Janeiro, 15 de setembro de 2023

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e da orientadora.

### **Claudio Fernando Lima dos Santos**

Graduou-se em Direito pelo Centro Universitário Fluminense em 2018. Graduou-se em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense em 2023. Pesquisador do GEDRED/PUC-Rio.

#### Ficha Catalográfica

Santos, Claudio Fernando Lima dos

Construção de subjetividades negras nos espaços acadêmicos: o estudo dos NEABs / Claudio Fernando Lima dos Santos; orientadora Angela Maria de Randolpho Paiva. – 2023.

89 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Ciências Sociais, 2023.

Inclui referências bibliográficas.

1. Ciências Sociais – Teses. 2. Movimento Negro. 3. Subjetividades Negras. 4. Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros. 5. Pedagogias Alternativas. 6. Negritude. I. Paiva, Angela Randolpho. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Ciências Sociais. III. Título.

CDD: 300

## Agradecimentos

À Deus, em primeiro lugar, que me sustentou desde o início desse sonho!

Aos meus pais, que incansavelmente torcem por mim. Sempre foram a minha referência de esforço e de dedicação. Eu amo vocês e serei eternamente grato!

Ao meu irmão, minha cunhada e às minhas sobrinhas lindas, obrigado pelo apoio, cuidado e amor de sempre.

Aos meus tios amados, Deyse Maria e Cleber Lima (*in memoriam*) e aos meus familiares que sempre compartilham das minhas conquistas, obrigado!

Ao meu companheiro, Jefferson Fernando, obrigado pela parceria e amor.

Aos amigos que estiveram perto durante todo este processo, Vinicius Barros, Gonçalo Carvalho, Manuela Azeredo, Franciele Camile, Aimée Menezes, Letícia Santos, Nailla Mendes, Elayne França, Hellem Gusmão, Larissa Rodrigues, Marcus Vinícius e Joulié Santana. Essa conquista é coletiva e me sinto agraciado por tê-los comigo!

À minha terapeuta, Luana Alves, que me trouxe segurança, apoio e forças pra seguir em busca desse sonho.

Aos colegas e amigos da PUC-Rio, pelos momentos de troca e apoio, especialmente, Kassia Pedrosa, Matheus Barros, Jhonas Guimarães e Caio Araújo. Aos meus amigos, Luísa Tavares, Ezequias Jagge, Felipe Bellido e demais irmãos/as pretos/as que me ensinaram que o amor preto salva!

Minha gratidão à minha Orientadora, professora Dra. Angela Paiva, por ter se mostrado uma pessoa sensível, humana, e tão atenta às minhas questões.

A todo corpo técnico e docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - PUC Rio, que de alguma forma somaram nessa caminhada.

À minha banca, professor Fernando Lima Neto e às professoras, Elielma Machado e Rosana Heringer, minha gratidão pelo aceite do convite e todas as contribuições desde o momento da qualificação à etapa final deste trabalho.

Por fim agradeço aos meus ancestrais, aos conhecidos e desconhecidos, que incansavelmente resistiram e lutaram por justiça, igualdade, reconhecimento e liberdade. É por vocês, e devido a vocês, que aqui me encontro. Estou certo que a luta nunca se fez só e que sozinho, jamais teria conseguido.

## **Resumo**

Santos, Claudio Fernando Lima dos; Paiva, Angela Randolpho (Orientadora). **Construção de subjetividades negras nos espaços acadêmicos: o estudo dos NEABs**. Rio de Janeiro, 2023. 88 p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta dissertação se propõe abordar o tema dedicado às relações raciais no Brasil, focando na construção de identidades negras em contextos acadêmicos, com ênfase nos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs) e correlatos. O estudo se concentra no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Estadual do Norte Fluminense (NEABI UENF) e no Programa de Estudos e Debates dos Povos Africanos e Afro-americanos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PROAFRO UERJ). Através da observação participante, procurou-se explorar a atuação desses grupos e sua influência sobre os integrantes. A partir de uma sociologia histórica, destaca-se o Movimento Negro como sujeito central na luta por reconhecimento e resgatam-se conceitos como negritude, pedagogia cívica, educação não-formal e demais pedagogias que se mostram no processo de formação dos sujeitos. Diante da relevância histórica dos núcleos e os diversos atravessamentos, conclui-se através de uma pesquisa qualitativa, que esses espaços fortalecem identidades negras, incentivando a participação política e, ainda, a permanência de estudantes negros na universidade, de forma a promover igualdade racial nesses ambientes, o que contribui para o aspecto da diversidade e representatividade acadêmica.

## **Palavras-chave**

Movimento Negro; Subjetividades Negras; Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros; Pedagogias Alternativas; Negritude.

## **ABSTRACT**

Santos, Claudio Fernando Lima dos; Paiva, Angela Randolpho (Advisor). **Construction of Black Subjectivities in Academic Spaces: a study of NEABs.** Rio de Janeiro, 2023. 88 p. Master's Thesis – Department of Social Sciences, Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro.

This dissertation aims to address the topic dedicated to racial relations in Brazil, focusing on the construction of black identities in academic contexts, with an emphasis on Afro-Brazilian Studies Centers (NEABs) and related entities. The study centers on the Afro-Brazilian and Indigenous Studies Center at the State University of Northern Rio de Janeiro (NEABI UENF) and the Program of Studies and Debates of African and Afro-American Peoples at the State University of Rio de Janeiro (PROAFRO UERJ). Through participant observation, sought to explore the activities of these groups and their influence on their members. Employing historical sociology, I highlight the Black Movement as a central agent in the struggle for recognition and revisit concepts such as blackness, civic pedagogy, non-formal education, and other pedagogies evidenced in the process of individual formation. Given the historical significance of these centers and its various intersections, a qualitative inquiry concludes that these spaces strengthen black identities, encouraging political participation and also the retention of black students in universities, thus promoting racial equality in these environments, which contributes to the aspects of academic diversity and representation.

## **Keywords**

Black Movement; Black Subjectivities; Afro-Brazilian Studies Centers; Alternative Pedagogies; Blackness.

## SUMÁRIO

1. Introdução	9
2. Insurgência do movimento negro: sujeito central na construção da cidadania da população negra	14
2.1. Redemocratização, cidadania e movimento negro	14
2.2 Condições históricas do indivíduo negro	23
2.3. Reconhecimento: a luta do cidadão negro	26
3. Pedagogias alternativas e construção de subjetividades negras nos espaços acadêmicos	33
3.1. Resgatando conceitos: pedagogia cívica e educação não-formal	33
3.2. Pedagogias que emergem e formulação de novos saberes pelo Movimento Negro	41
3.3. Construção de subjetividades negras: afirmação de identidades	46
4. Núcleos de estudos afro-brasileiros: afirmação de identidades	57
4.1. Contexto de surgimento dos NEABs	59
4.1.1. Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) – UENF	63
4.1.2. Programa de Estudos e Debates dos Povos Africanos e Afro-americanos (PROAFRO) – UERJ	66
4.2. Os NEABs e as relações étnico-raciais: a construção de subjetividades negras e afirmação de identidades	69
4.2.1. Análise de campo: observações e diálogos com coordenadores/as e integrantes	71
5. Considerações Finais	81
6. Referências bibliográficas	86

*Encontrei minhas origens  
em velhos arquivos  
livros  
encontrei  
em malditos objetos  
troncos e grilhetas  
encontrei minhas origens  
no leste  
no mar em imundos tumbeiros  
encontrei  
em doces palavras  
cantos  
em furiosos tambores  
ritos  
encontrei minhas origens  
na cor de minha pele  
nos lanhos de minha alma  
em mim  
em minha gente escura  
em meus heróis altivos  
encontrei  
encontrei-as enfim  
me encontrei*

*Oliveira Silveira, Encontrei minhas origens*



# 1

## Introdução

A pesquisa tem como tema “CONSTRUÇÃO DE SUBJETIVIDADES NEGRAS NOS ESPAÇOS ACADÊMICOS: o estudo dos NEABs”, o que será observado a partir do acompanhamento junto aos NEABs e correlatos, tendo delimitado a presente pesquisa ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Estadual do Norte Fluminense (NEABI UENF) e ao Programa de Estudos e Debates dos Povos Africanos e Afro-americanos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PROAFRO UERJ). Tem como objetivo principal analisar em que medida os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros têm contribuído para a construção de subjetividades negras de sujeitos que passaram a se associar nesses espaços discursivos universitários com reflexões originadas em cada núcleo voltadas para a questão racial.

Pretende-se, portanto, desenvolver uma análise histórica ressaltando ideologias dominantes que cooperaram para o apagamento da cultura e da identidade afro-brasileira e que, conseqüentemente afetaram a subjetividade e autorreconhecimento desses sujeitos. Essa análise será feita a partir, principalmente, de intelectuais negros -sem excluir, é claro, autores brancos que na história somaram na luta do Movimento Negro- que já se debruçaram sobre o tema e através de uma abordagem na qual o movimento negro é o sujeito central no papel de emancipação e constituição de cidadania desses indivíduos.

Assim, propõe-se colocar o NEAB<sup>1</sup> como referência de análise, de forma a contextualizá-lo historicamente e verificar a hipótese principal deste trabalho, qual seja, que a partir das trocas, debates e reflexões realizados no âmbito do NEAB, ocorre uma espécie de socialização capaz de formar sujeitos reflexivos que passam a formular novas questões sobre as suas experiências de vida.

Tal dinâmica põe em evidência uma *pedagogia cívica* (Paiva, 2021) que está imbricada independentemente da educação formal e cultura política existentes no país. Ou seja, parte-se de outra hipótese a qual pressupõe que o engajamento em movimentos sociais e espaços coletivos que, no presente estudo

---

<sup>1</sup> Importa destacar que, nesta pesquisa, utilizo apenas a sigla NEAB, sem a vogal “I” que se refere aos indígenas. Isto se deu, pois verifiquei que tal inserção ainda não é hegemônica, seja pela falta de representatividade ou, como mesmo foi evidenciado no campo de pesquisa, pela dificuldade que os núcleos têm de trazer representantes desses grupos para o âmbito acadêmico, apesar de ressaltar a sua importância e a necessidade desta visibilidade. Assim, não pretende-se invisibilizar este grupo social que historicamente também fora marginalizado, mas apenas dar centralidade ao que busco discutir, como a construção de subjetividades negras nesses espaços discursivos.

se delimita ao espaço acadêmico, pode significar pedagogias alternativas que levarão os indivíduos a uma participação cívica posteriormente.

Tal proposta surge a partir de uma experiência pessoal, na qual pude identificar o processo de apagamento da minha própria identidade, tendo em vista ser preto não-retinto e, por conta disso, sempre ter sido identificado como *moreno* ou *mulato*<sup>2</sup>, mas nunca preto ou negro.

Constatei, portanto, a partir de estudos, que tal fato é fruto de um processo de invisibilização - reflexo do racismo enraizado - da população negra que traz como consequência, a ausência de reflexão sobre a sua ancestralidade e a própria cultura do povo da qual descendem. Destarte, a partir do ingresso na universidade e do contato com grupos de estudos, fóruns e coletivos negros<sup>3</sup> nos quais o tema central tratava sobre as questões étnico-raciais no Brasil, passei a formular questões sobre a minha identidade, reconhecendo a minha negritude e, portanto, resgatando essa história a qual começava a me entender como parte.

Abdias Nascimento (2016), um dos mais relevantes intelectuais negros brasileiros, analisara tal realidade referente a tentativa de embraquecimento e apagamento da cultura afro-brasileira; ele resgata em seus escritos termos racistas colocados por Gilberto Freyre, como *morenidade*, que evidenciavam esse projeto político racista, no qual expressa

que não se trata de ingênuo jogo de palavras, mas sim de proposta vazando uma extremamente perigosa mística racista, cujo objetivo é o desaparecimento inapelável do descendente africano, tanto fisicamente, quanto espiritualmente, através do malicioso processo de embranquecer a pele negra e a cultura do negro. (Nascimento, 2016, p. 49-50).

Dessa forma, foi diante desse cenário, de estudos relacionados às questões étnico-raciais e a partir da minha experiência, que me surgiu o interesse de pesquisar sobre a construção de subjetividades dos sujeitos negros, inseridos

---

<sup>2</sup> Ressalto o teor racista de tais termos, que refletem parte de uma violência que sofri durante minha trajetória de vida, principalmente quando identificamos a raiz de surgimento desses termos, que se voltam para o apagamento da identidade negra e, ainda, para a nossa desumanização, sendo exemplo o termo mulato que surge da comparação ao animal conhecido como mula.

<sup>3</sup> Durante minha moradia na cidade de Campos dos Goytacazes, onde cursei Serviço Social na Universidade Federal Fluminense, pude participar do grupo de estudos denominado Núcleo de Estudos Espaço e Raça (NEPER UFF), em que se faziam encontros semanais para discutir leituras de autores negros, a exemplo de um estudo que na época (entre os anos de 2018-2019) estudamos o livro "Quarto de Despejo" de Carolina Maria de Jesus. Antes disso, lembro também de algumas ações promovidas no âmbito da universidade pelo Coletivo Negro Mercedes Baptista, no qual uma em especial me chamou atenção, quando eles andavam pela universidade com cartazes descrevendo algumas frases de impacto, a exemplo, "moreno, não. preto mesmo!", que ao me deparar me ressaltou os olhos tendo em vista ser essa uma das questões principais que afetavam minha autopercepção e reconhecimento enquanto um homem negro, qual seja, a questão que se volta para a *morenidade*.

na Universidade, para entender a influência desses espaços de troca e estudos voltados para a questão étnico-racial nos seus processos de autorreconhecimento, já que pude perceber, ainda, que não era o único que sofria tal apagamento e possuía crises sobre a própria identidade étnico-racial.

Neste sentido, a partir de tal vivência e demais estudos, foi inevitável pensar sobre a influência dos movimentos sociais na sociedade brasileira, sobre os seus tensionamentos frente ao Estado e demais conflitos que resultaram na conquista de muitos direitos sociais, destacando principalmente o movimento negro, que para além de conquistas como as ações afirmativas, tem conquistado diversos outros espaços. Como bem afirma Ratts (2011),

Os anos 1970, período considerado de surgimento do movimento negro contemporâneo, são, para mim, também a época de formação do que denomino de movimento negro de base acadêmica (Ratts, 2009). Ele se caracteriza pela ação organizada de docentes e discentes, por vezes de técnicos administrativos, que se afirmam negros/as no espaço acadêmico e, na contemporaneidade, constituem grupos de atuação como os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs) e os Coletivos de Estudantes Negros, dentre outros. (Ratts, 2011, p. 28).

Tal constatação contribui, portanto, para chegar à conclusão de que o fato de meu autorreconhecimento enquanto sujeito negro ter emergido a partir do contato com determinados grupos na universidade que versavam sobre a questão do negro e sua historicidade, não foi um acaso; mas sim, resultado de um movimento que se organiza há décadas, que procura garantir seu espaço no meio acadêmico para que corpos negros não apenas acessem esse lugar, mas que permaneçam e continuem na luta por um projeto político e acadêmico que relembrem suas memórias, histórias e legitimem seus saberes.

Procura-se ressaltar e refletir, portanto, que os movimentos sociais, em especial o Movimento Negro, possuem um viés pedagógico, de constituição de novos saberes que contribuem para a percepção de uma nova perspectiva de cidadania por parte dos sujeitos associados ou daqueles que tiveram contato com algumas de suas ações, tais como grupos de pesquisa; destacar, ainda, que esses espaços conquistados no âmbito acadêmico contribuem diretamente para a construção de subjetividades, que levam ao autorreconhecimento e a consolidação de suas identidades.

Pretende-se, então, para realizar esta pesquisa, utilizar a abordagem baseada no método qualitativo segundo o qual tem como foco a realidade que não pode ser medida quantitativamente e trabalha com o universo de significados, motivações e atitudes vinculados aos fenômenos que não se limitam a

operacionalização de variáveis. Portanto, enquanto abordagem metodológica, será realizada uma pesquisa qualitativa com o objetivo de compreender de que maneira os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (Neabs) contribuíram para a construção de subjetividades negras; ver os espaços criados nas universidades, seus atores, suas estratégias e a forma como isso se dá.

Parte-se então da hipótese central de que a *pedagogia cívica*, conceito trazido por Angela Paiva (2021), imbricada neste processo, além de cooperar no reconhecimento recíproco entre os componentes dos grupos e na afirmação de suas identidades, pode levá-los a uma participação mais ativa na esfera pública posteriormente. Vale dizer, ainda, que outro método a ser utilizado nesta pesquisa é a observação participante, que se dá quando o pesquisador se insere em determinado grupo e investiga o mesmo a partir das experiências ali vivenciadas, como a que se pretende neste objeto, quais sejam, as experiências e trocas realizadas nos NEABs selecionados, assim como o conhecimento produzido.

Como métodos para levantamento de dados, pretendi: a) realizar uma pesquisa bibliográfica relacionada ao tema; b) análise de documentos produzidos pelos núcleos; e, por fim, c) observação participante através dos acompanhamentos do grupo. A observação participante, vale dizer, - foi feita pelo direcionamento metodológico em que, através de conversas livres com os participantes e as devidas observações dos grupos, organizei alguns pontos para orientar minhas observações e assim, organizar os relatos de forma que fosse possível chegar a possíveis conclusões, sendo eles: 1) como se deu a chegada dos membros aos referidos núcleos; 2) a dinâmica dos grupos (possíveis ações desenvolvidas; articulações com movimentos sociais e/ou instituições; atividades desenvolvidas, dentre outros; 3) percepção dos sujeitos quanto às contribuições do grupo e a influência do mesmo sobre sua identidade e consciência racial; 4) a principal característica do grupo, segundo a percepção dos integrantes.

Tais direcionamentos semiestruturados, construídos a partir dos pressupostos teóricos, terão como público alvo os integrantes que atuam nos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros. Nesta pesquisa estão delimitados o NEABI UENF e o PROAFRO UERJ, tendo em vista terem sido dois dos primeiros campi na região Sudeste a se inserir no debate étnico-racial, bem como o fato das universidades terem sido pioneiras na implementação das políticas de ações afirmativas, fato este que mereceu ser considerado na análise.

Ressalta-se ainda que esta pesquisa não possui cunho exaustivo ou conclusivo do tema, tendo em vista a dinâmica e a não-linearidade das relações sociais, bem como das dinâmicas postas no contexto da própria universidade e de

outros setores, o que evidencia que esta - a universidade - também se revela enquanto um espaço de trocas, lutas, disputas de narrativas e, portanto, sujeita a influências e transformações diversas.

## 2

## **Insurgência do movimento negro: sujeito central na construção da cidadania da população negra**

### 2.1.

### **Redemocratização, cidadania e movimento negro**

Importa dizer neste primeiro momento que, ao partir de uma sociologia histórica, verifica-se que a cidadania no Brasil não foi um processo automático e muito menos, linear. Partindo do fato de que passamos por períodos altamente conservadores e de repressão de direitos como o período da ditadura militar, necessário se torna refletir a priori sobre o processo de redemocratização do país, da constituição da cidadania e como tal contexto teve como um dos sujeitos centrais de atuação o Movimento Negro brasileiro.

Neste sentido, reflete-se sobre como o período de redemocratização<sup>4</sup> do Brasil presencia, e muito, a ação de diversos movimentos sociais que se colocaram como sujeitos centrais na luta pela promoção de direitos negados ou invisibilizados. Também buscaremos discutir sobre como os movimentos sociais e, principalmente, o Movimento Negro, buscaram esse reconhecimento não apenas voltados para o interesse de seu grupo em particular, mas de toda uma coletividade, construindo uma relação dinâmica entre diversos atores sociais na esfera pública, fomentando e contribuindo para o processo de formação de cidadãos.

Como bem aborda Angela Paiva (2021), o surgimento desses novos atores em frames de ação coletiva, foi decisivo para a construção de uma esfera pública mais ampla, tendo em vista que eles passaram a questionar as estruturas da sociedade, as desigualdades sociais que aí se reproduzem, fato este que corroborou para a insurgência de uma perspectiva que visa pleitear direitos antes não garantidos e buscar uma mudança no plano político e cultural.

Diante do golpe militar de 1964 que, segundo Petrônio Domingues (2007), representou uma derrota - mesmo que temporária - para a luta dos negros, tendo em vista o desmembramento das forças que já estavam se organizando, ressalta o autor que “A reorganização política da pugna anti-racista apenas aconteceu no

---

<sup>4</sup> Vale citar os trabalhos realizados do Prof. Fernando Cardoso Lima Neto, que possui vasta experiência e produção sobre temas voltados para cultura política e democracia. Em seu recente trabalho, por exemplo, discute sobre noção de cidadania, importante conceito a ser debruçado quando se trata do campo de discussão que permeia os movimentos sociais. Referência: LIMA NETO, F.. Teoria sociológica e cidadania: velhos e novos desafios da sociologia política. Lua Nova. **Revista de Cultura e Política**, v. 114, p. 287-312, 2021.

final da década de 1970, no bojo do ascenso dos movimentos populares, sindical e estudantil” (Domingues, 2007, p. 112).

Entretanto, apesar dessa organização mais efetiva no final deste período citado por Domingues (2007), importa mencionar uma figura importante que construiu a base principal para esse processo de organização do Movimento Negro, como o Centro de Estudos Afro-Asiático (CEAA). Fundado no ano de 1972, o CEAA merece ser destacado neste trabalho, principalmente por ter sido considerado o grupo pioneiro no Rio de Janeiro quanto a reunião de pessoas negras, tanto estudantes/acadêmicos quanto militantes negros, vindo a se tornar um catalisador para o que depois iria se formar enquanto Movimento Negro.

Yedo Ferreira (2013 apud Cruz, 2023), traz em sua reflexão sobre o quanto em seus 40 anos de existência, o CEAA ao menos nos seus 10 primeiros anos, teve um forte vínculo com a militância negra, resultando em diversas ações que não tinham cunho apenas acadêmico mas sim, em sua raiz, intenções políticas e ideológicas por parte de seus primeiros coordenadores que, cabe mencionar, foram o professor José Maria Nunes Pereira e a professora Beatriz Nascimento, sendo certo ressaltar a importância ainda do professor Cândido Mendes que foi o anfitrião do referido grupo. Dessa forma, importa lembrar também o contexto no qual o CEAA foi criado, sendo um momento singular na história, tendo em vista que os movimentos de libertação na África se finalizavam, a partir do Acordo de Alvor<sup>5</sup> e, ainda, o movimento por Direitos Civis nos Estados Unidos; assim, percebe-se que, alinhado a questão do negro em outros contextos internacionais, o CEAA se mostrou como um espaço ocupado por negros, com uma representatividade expressiva de jovens, extremamente importante para a consolidação do Movimento Negro na cidade do Rio de Janeiro.

Destaca-se o seu pioneirismo, por ter sido o primeiro grupo que se reuniu quatro anos após a instituição do Ato Institucional nº 5 que proibia qualquer tipo de reunião, sendo como bem afirmado por Yedo Ferreira, "o primeiro ato de desobediência que ocorreu contra a Ditadura Militar em todo o Brasil no que se refere a reunião aberta em estabelecimento de ensino superior" (Ferreira, 2013 apud Cruz, 2023)<sup>6</sup>. Ainda, reflete sobre a expressiva presença da juventude negra nesse espaço, que em sua maioria compunha o grupo, sendo a faixa etária de

---

<sup>5</sup> Yedo Ferreira (2013) demonstra a importância deste acordo assinado pelo governo de Portugal, tendo em vista que a partir deste encerrou-se o projeto político que tinha como centro o colonialismo europeu como sistema econômico. Assim, o autor demonstra que o CEAA estava alinhado a estas questões, sendo motivo inclusive de comemoração do referido núcleo.

<sup>6</sup> Vale ressaltar que o artigo do Yedo Ferreira (2013) não foi publicado devido a falta de financiamento da Universidade Cândido Mendes, porém, é citado extraoficialmente no artigo de Felipe Bellido Cruz (2023).

jovens negros com menos de 30 anos de idade; outro ponto que merece ser dito, é que também ocorreram as primeiras reuniões compostas apenas por mulheres negras, liderada pela professora Beatriz Nascimento, sendo certo também o seu pioneirismo.

Como frutos do CEAA, posteriormente surgiram a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (SINBA) e o balé Olorum Baba Mim, que podem ser tidos como entidades representativas do Movimento Negro no Rio de Janeiro que passam a dedicar de maneira mais assertiva ações de cunho político, que evidentemente fortaleceram a consolidação desse Movimento na região e por todo o Brasil. Como também afirma Amauri Mendes Pereira (2022),

[...] é que o CEAA cumpriu importante papel na institucionalização da luta contra o racismo no Brasil: pelo que produziu (a formação e "conversão" de jovens pesquisadores, a biblioteca, até a primeira década do novo século conhecida como das mais completas no Brasil e sempre disponível, pesquisas e outras formas de produção de conhecimento); pelo que articulou (eventos, presença e diálogos com a militância do Movimento Negro e com africanos, com fontes de informações e conhecimentos incomuns entre nós até então); pelo que difundiu (os Cadernos de Estudos Afro-Asiáticos, as palestras, cursos e diálogos abertos); e pelo que apoiou (uma protoação afirmativa na composição de seu quadro de pessoal, e a abertura de seu acervo a pessoas interessadas de fora da universidade). (Pereira, 2022, p. 553).

É certo que houve tensões no campo dos interesses diversos por parte de alguns integrantes, tendo em vista que uns tinham um interesse mais voltado para grupos de estudo e outros, para questões políticas e ideológicas, mas certo é que esse espaço, também composto e coordenado posteriormente pelo professor Carlos Hasenbalg em 1986, foi de grande relevância para levantar e destacar pautas caras para a população negra brasileira que se voltavam para políticas públicas, como também para o desmascaramento da "democracia racial", passando a pensar o Brasil sob novas perspectivas que colocam o negro no centro da questão, evidenciando ainda, que o preconceito não era social, mas sim racial, tendo em vista a falsa existência de uma convivência harmoniosa entre as raças (brancos, negros e indígenas).

Carlos Hasenbalg, um dos primeiros pesquisadores no Brasil a trazer o indicador da raça para uma análise empírica da realidade e com isso corroborar para a afirmação de que existem de fato desigualdades raciais que precisam ser reparadas por políticas públicas, refletiu sobre como existiam mecanismos tanto econômicos quanto políticos e sociais que levavam à atualização dessas desigualdades, através do preconceito e da discriminação. Sendo assim, todo o



percurso histórico do CEAA, coordenado por figuras representativas e de renome na academia, como os professores José Maria, Beatriz Nascimento e Carlos Hasenbalg, construiu bases para o movimento negro contemporâneo que historicamente vem se consolidando, criando raízes e contribuindo na luta antirracista no Brasil, que como também pretende ser evidenciado nesta pesquisa têm uma presença marcante nas universidades.

Assim, vale dizer que, diante de todo esse processo que se iniciou no CEAA, apenas em 1978, se consolida o Movimento Negro Unificado (MNU), levando o movimento negro organizado a tomar frente novamente na cena política brasileira. Importante ressaltar, que como também afirmado por Ferreira (2013 apud Cruz, 2023), tal organização não surgiu de forma isolada, pelo contrário, Domingues (2007) também vai dizer sobre as influências externas - como os movimentos negros estadunidenses que estavam em forte pleito pelos direitos civis e a luta das colônias africanas por sua independência - influenciaram em grande medida para o posicionamento radicalizado do Movimento Negro Unificado.

Percebemos, portanto, que fora um período de avanços e retrocessos, tendo em vista o processo de redemocratização que se constituía, caracterizado por forças conservadoras que sempre estiveram presentes, dificultando o avanço de determinadas questões sociais voltadas para o reconhecimento e instituição de direitos<sup>7</sup>. Apesar disso, e de todos os ataques sofridos principalmente no período ditatorial, o Movimento Negro teve forte ascensão a partir da década de 70 e foi sujeito central na construção política, promovendo denúncias de cunho estrutural, como o racismo e a democracia racial, e se articulando com outras fontes de conhecimento, tendo como uma de suas bases principais os conhecimentos de cunho acadêmicos que nesta época já destacavam a importância de discutir a realidade brasileira sob a ótica das relações raciais, desmascarando a falsa ideia de democracia racial.

Tal processo dialético se perfaz na dinâmica existente entre a atuação desses atores políticos e a nova orientação do Movimento Negro brasileiro, quando são propostas novas pautas e posteriormente nova interação com outras esferas do Estado que se estruturam em diversas pontas sociais, relacionadas com a política, a cultura, segurança pública e educação.

---

<sup>7</sup> Apesar de não ser objeto de discussão neste trabalho, vale dizer que tanto o período ditatorial instituído pelo golpe militar de 64, quanto o período conhecido como a *Era Vargas*, foram momentos de uma política conservadora na qual a questão racial foi ocultada, sob o argumento da harmonia entre raças e da democracia racial.

Como bem destaca Paiva (2021),

Eram várias as entidades de diversas orientações, mas que lograram se reunir em torno de uma pauta única no MNU, que se concentrava em três questões principais: a denúncia do racismo, numa quebra do mito da democracia racial, a demanda por direito à educação e pelo direito à justiça (Paiva, 2021, p. 38).

Vale dizer, ainda, que a formação social brasileira se compôs sobre influências conservadoras baseadas numa chave excludente, quais sejam, o legado de ordem escravocrata, a hierarquização da ordem social, o paternalismo nas relações sociais, bem como o autoritarismo, estruturas essas que surgem como base para o constructo social e que corroboram na reprodução de violências contra diversos grupos minoritários, como os negros.

É dentro desse contexto que o Movimento Negro passa a construir novos saberes e estruturar sua base de luta, reivindicando seu espaço na esfera pública brasileira. Construindo e reconstruindo ideias, ressalta as violências sofridas pelo povo afrodescendente que, por sua vez, começa a perceber a importância de afirmar sua identidade, de buscar seu reconhecimento e, ainda, de ocupar espaços que antes lhes foram negados pela estrutura supremacista branca construída a partir de uma ideologia de democracia racial.

Assim, percebe-se que no curso desses *frames* de ação coletiva como lembra Paiva (2021) usando a definição de Goffman que fora utilizada por Sidney Tarrow, começam a emergir demandas que antes foram reprimidas e controladas, mas que, a partir das articulações do Movimento Negro, passam a ser pleiteadas frente ao poder público, o que gera um impacto na esfera pública brasileira.

Dessa forma, como já dito sobre a não linearidade do processo de redemocratização do Brasil que teve como marco principal a Constituição Federal de 1988, famosa e reconhecida como a Constituição Cidadã pela instituição e reconhecimento formal de diversos direitos sociais, cabe destacar que tal marco só foi possível se constituir, tendo em vista as bases que já surgiam no final da década de 70, momento de alta mobilização social e articulações diversas de grupos sociais distintos que começavam a apresentar suas demandas na esfera política.

É fato que tal processo não se absteve de lutas e confrontos, já que estamos falando a respeito do período de ditadura militar, iniciada efetivamente em 1964, que teve como centro a suspensão de direitos civis, dentre estes, o direito de reunião, que levou a diversas repressões, na tentativa de impedir tais mobilizações que começavam a ocorrer.

Ademais, a realidade de que boa parte da população estava sendo excluída do projeto modernizante, que teve grande pico no curso da ditadura militar, é um fato; entretanto, apesar do crescimento econômico, a verdade é que determinados grupos sociais, como os negros e os indígenas, principalmente, ainda não usufruíam dos direitos humanos formalmente reconhecidos em sua plenitude, tendo em vista que por muito não ultrapassaram do plano formal.

Oliveira (1987), vai destacar, por exemplo, que apesar do desenvolvimento das empresas e do alto rendimento do capital, quando nos voltamos para a realidade dos trabalhadores brasileiros neste período de ditadura militar e, conseqüentemente, do referido "milagre econômico", o que identificamos são diversas mazelas no seio da população que estavam envoltas de condições de miséria e precariedade. E, também afirma que,

na verdade, as tão decantadas mazelas das grandes cidades não são outra coisa senão a expressão física das condições de vida dos trabalhadores que ali vivem: a poluição, de uma maneira geral; a falta de saneamento básico; o caos do transporte urbano; os dramas da questão habitacional popular e as inseguranças são vividos diariamente pela população trabalhadora, dando outra dimensão ao drama dessa população, dentro e fora das fábricas. As condições de vida dos trabalhadores se agravaram, nos 20 anos de governo militar, sobretudo pela desvalorização dos salários reais e pelo aumento da distância entre estes e os serviços públicos oferecidos pelo governo. (Oliveira, 1987, p. 27)<sup>8</sup>.

Pensar nesses grupos sociais excluídos e postos à margem do processo de modernização social nos leva a refletir principalmente sobre os negros no Brasil. Isto, partindo-se do pressuposto de que sobre eles foram constituídas as estruturas sociais, com base na mão de obra escrava e no seu não reconhecimento enquanto sujeitos de direitos, o que só a partir do pleito do Movimento Negro Unificado começou a ser posto e reconhecido.

Dessa forma, não se pretende limitar a discussão sobre o processo de redemocratização e de construção da cidadania de maneira generalizada, como se fosse algo convergente entre todos os grupos sociais; pelo contrário, pretende-se destacar as diversas dinâmicas sociais que permearam essa construção

---

<sup>8</sup> Destaca ainda o autor, que entre os anos de 1960 e 1970, devido ao acelerado crescimento demográfico que foi de 5,5% ao ano, os bairros se tornaram cada vez mais distantes. Além disso, vai colocar que neste período, na periferia de São Paulo, por exemplo, cerca de 80% dos bairros não tinham rede de esgoto e ainda, que a taxa de mortalidade infantil cresceu em 37%, diferente de períodos anteriores em que havia ocorrido um decréscimo.

OLIVEIRA, S. M. F. Os trabalhadores urbanos e a ditadura militar. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 2436, abr./jun. 1987.

histórica, enfatizando, entretanto, a atuação do Movimento Negro e sua influência, bem como a sua contribuição histórica.

Ao discutir, portanto, sobre a luta pela democracia que começa a se constituir no país, principalmente a partir da segunda metade da década de 70, período em que a ditadura começa a se fragilizar, diversos movimentos sociais iniciam mobilizações potentes capazes de pôr em xeque o status quo vigente, o que evidenciam a não linearidade e a pluralidade desse processo de redemocratização.

Importa lembrar que para além da democracia, a própria cidadania antes deste período precisou em diversos momentos ser adjetivada, uma vez que não houve uma participação popular na constituição da república, demonstra José Murilo de Carvalho (1987) em “Os bestializados” (1987), o que consequentemente colocou vários grupos fora de todo o acordo político e social que estava sendo construído, sem a possibilidade de grupos expressivos participarem ativamente da instauração da República.<sup>9</sup>

Este marco nos leva a refletir sobre algumas características basilares da nossa sociedade, como as relações paternalistas do Estado, as hierarquias socialmente postas e o autoritarismo, características essas que influenciaram diretamente para a ausência de participação política de indivíduos determinados, tendo em vista que os mesmos sequer se reconheciam enquanto cidadãos portadores de direitos. Nesse sentido, percebe-se o viés autoritário e excludente no período pré-Constituição de 1988, o que coloca, portanto, todo o processo pela redemocratização como um marco no reconhecimento de direitos e da cidadania dos sujeitos antes postos à margem.

É neste sentido, que se embasa uma das hipóteses centrais deste trabalho, a partir do conceito de *pedagogia cívica* criado por Paiva (2021), o qual evidencia a construção de uma vivência democrática no seio dos movimentos sociais entre os grupos sociais e, com isso, tais sujeitos imbuídos em um processo de subjetivação, passam a se reconhecerem como sujeitos de direitos e demandam seu status de cidadãos. É o momento em que estão aptos a se engajarem - politicamente, lutando, e promovendo - mudança na esfera pública bem como nos padrões culturais e políticos do país.

Ressalta-se, entretanto, que pretendemos utilizar o conceito de *pedagogia cívica* para percebermos este processo pedagógico no âmbito dos NEABs -

---

<sup>9</sup> José Murilo vai ressaltar também que o que houve foi o envolvimento do militarismo junto aos poderes agrários que se uniram para a derrubada do Império, dentre outros aspectos políticos, refletindo como essa tomada teve uma característica vertical.

Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros. Os NEABs refletem a inserção do Movimento Negro nos espaços acadêmicos, entendendo que em tal espaço, também ocorrem articulações diversas, em que surgem pedagogias alternativas e a construção de novos saberes, conforme destaca Nilma Gomes (2017).

Ao trazer a perspectiva de que o povo não se reconhecia enquanto cidadão, análise feita por Carvalho (1987), tendo em vista as bases autoritárias e aristocráticas em que se constituiu a sociedade brasileira, cabe pensar sobre a população negra afrodescendente que, mesmo após a Abolição de 1888, foi lançada a própria sorte.

Neste sentido, questiona-se: quem eram os sujeitos postos à margem nessa sociedade, que não se reconheciam enquanto cidadãos? Se uma parte da população branca teve dificuldade de se reconhecer enquanto tal por se encontrar em situação de vulnerabilidade social fruto de sua dependência aos domínios rurais, quicá a população negra que sequer era reconhecida em sua humanidade.

É neste sentido que surgiram os quilombos, apesar da existência muito antiga destes, antes da abolição e, anos mais tarde, os sucessivos movimentos negros, como pontas de revolta e reivindicação não apenas de seus direitos, mas de sua humanidade, de forma a pleitear o seu reconhecimento.

Cabe mencionar, nesse contexto, Aimé Césaire (2020), um poeta e militante negro, que em seu texto “Discurso sobre o colonialismo” traz a denúncia referente ao processo colonizador e o quanto este traz em sua lógica normal o genocídio que não imputava a mesma humanidade aos grupos escravizados. Com base nesse pressuposto, o autor demonstra o quanto a colonização desumaniza ambas as partes desse processo, quais sejam, o colonizador e o colonizado e ao partir da perspectiva de que o outro é o animal, o colonizador branco trata-o como tal e transforma-se também, trilhando um caminho de violência e destruição de outras culturas.

Sendo assim, é necessário destacar que o Brasil está inserido neste contexto por ter sido constituído sob bases colonialistas, apesar de também entendermos que o processo colonizador de diversos países teve suas características e particularidades, o que nos leva a concluir que qualquer interpretação que não considere este fato, está fadada ao equívoco. A escravidão que se reproduziu no Brasil, a destituição de terras de povos indígenas e o sequestro de cidadãos africanos, é fruto, portanto, de uma perspectiva colonizadora europeia em que os povos nativos e escravizados são bárbaros e selvagens, carecendo de salvação e desenvolvimento.

É neste sentido que Césaire pontualmente destaca a empresa colonial como preparador do desastre e precursor da catástrofe, principalmente por coisificar aqueles que estavam fora do padrão branco europeu, de forma a negar o mérito das raças não brancas. Assim, percebe-se nessa análise da historicidade brasileira que a questão do negro está para além de um reconhecimento e pleito de cidadania, mas sim a reivindicação da sua honra e dignidade, que por muito não fora reconhecida, ou seja, a condição humana não era dada a este grupo.

Sob a chave da fruição dos direitos humanos, principalmente com o movimento dos direitos civis dos negros nos EUA, inicia-se uma mudança estrutural da esfera pública, antes regulada e sob uma formação social excludente. Assim, se antes apenas uma parcela da sociedade fazia parte da arena política, com essa nova percepção baseada na fruição dos direitos civis, a ideia anteriormente ligada às elites começa a perder força e novos atores sociais e políticos começam a emergir.

É com base então na ideia de direitos, que os diversos movimentos sociais passam a se colocar na *esfera pública*. Por “esfera pública” consideramos o conceito trazido por Jürgen Habermas (2014), que traduz, como bem destacou Paiva (2021) ao resgatá-lo, o momento em que surgiram novos espaços discursivos independentes do Estado, expressando uma das primeiras formas da sociedade civil para refletir questões antes consideradas de cunho privado; apesar de o autor não tratar da realidade brasileira, tal conceito serve-nos para pensar sobre as diversas formas de associações, como os movimentos sociais, que representam as lutas contemporâneas frente às estruturas de um Estado conservador e intrinsecamente seletivo, apesar de posteriormente e aos poucos, ter ocorrido a expansão da classe média e trabalhadora.

Em vista disso é que se torna necessário pensar não apenas nos aspectos econômicos da constituição de uma sociedade, mas principalmente nos históricos, políticos e culturais, de forma a contextualizar e interpretar fielmente a realidade brasileira. Cabe, entretanto, ressaltar o que Paiva (2021) também coloca, ao evidenciar que todo esse processo de desenvolvimento da democracia em momento algum rompeu de fato com as estruturas conservadoras. Ocorreu, ao contrário, o que Werneck Vianna (1997) nomeou de *revolução passiva*, tratada como este mudar-conservando, em que os acordos sociopolíticos estabelecidos entre as elites permaneceram, em uma constante troca de favores com o Estado, reproduzindo as hierarquias e relações de poder, que exclui e explora boa parte da população e, quase que integralmente a população negra.

## 2.2.

### Condições históricas do indivíduo negro

Diante da análise das bases históricas e sociais brasileiras, destacando neste trabalho a população negra, importa refletir sobre o processo não apenas de reconhecimento dessa população pelo Estado e pela branquitude, mas sobretudo, sobre o processo de autorreconhecimento e autoafirmação de identidade. Discutir tal conceito exige, ainda, repensar a história dessa população, os ideais que lhes atravessaram e as diversas ações que os levaram a ser colocados à margem da sociedade, distantes dos olhos do Estado e sob diversos estereótipos.

Nesse sentido, ao analisarmos o movimento negro, em especial no Brasil, é possível perceber que a população negra, principalmente aquela instituída em bases colonialistas e escravocrata como a brasileira, precisou ainda passar por um processo de resgate de sua ancestralidade e cultura para se afirmar socialmente enquanto cidadão e sujeito de direitos, movimento este que se deu em grande parte no âmbito acadêmico, a partir das reuniões e das associações iniciadas por intelectuais negros junto a outros que tinham interesse pela temática das relações raciais no Brasil.

Felipe Bellido Cruz (2023), ao fazer uma análise do processo histórico que antecede e contextualiza a organização do movimento negro no Rio de Janeiro entre as décadas de 70 e 80, também destaca o fato de que as diversas associações que surgem no período citado, nascem justamente "a partir de encontros e diálogos desenvolvidos em espaços culturais e acadêmicos" (Cruz, 2023, p. 28). Assim, reflete o autor que este período se diferencia de experiências anteriores por quatro motivos, quais sejam:

a) a aproximação do movimento negro com os partidos de esquerda; b) as trocas de ideias e experiências entre intelectuais e militantes de outros países do atlântico; c) a dura contestação à ideia de democracia racial; e d) a valorização da história e da cultura negra e africana (Cruz, 2023, p. 28).

Dessa forma, amplia-se as possibilidades e os estudos voltados para o campo das relações raciais no Brasil, sendo, portanto, um marco estruturante das bases do Movimento Negro, destacando o fato de intelectuais negros que se articularam com a militância negra da época e, com isso, colaboraram com a formação do Movimento. É neste sentido que destaca conceitos como *transatlaticidade*, de Beatriz Nascimento e, *amefricanidade* de Lélia González, sendo, portanto, correntes teórico-metodológicas que ajudaram substancialmente

ao Movimento Negro interpretar a realidade brasileira e, assim, desvendar o véu<sup>10</sup> do branqueamento e da democracia racial que por muito nos impediram de visualizar a realidade brasileira na esfera pública.

Assim, afirma,

E no Brasil eu entendo que tanto os estudos estatísticos sobre desigualdades, como a valorização da consciência negra foram ferramentas epistemológicas que permitiram com que os movimentos negros se fortalecessem como identidade coletiva afim de quebrar essa dissonância entre ser cidadão e ser negro. De forma que, ao fortalecer o seu grupo politicamente, o movimento negro consegue retirar o véu que impede de ver a si mesmo e a tomar consciência de si mesmo, da consciência negra. E no Brasil, o véu que nos divide enquanto sociedade é a democracia racial, e a nossa dupla consciência está em ser brasileiro e ser negro. (Almeida, 2021 apud Cruz, 2023, p. 30-31).

Diante de diversas influências internacionais, como a luta pelos direitos civis nos EUA e a descolonização de países africanos, o período da década de 1970 foi marcado por um processo contraditório no qual ao mesmo tempo que constrói as bases do Movimento Negro, paradoxalmente experienciava um momento de suspensão de direitos e liberdades civis por conta da ditadura militar. Como fruto dos encontros do Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA), conhecido como *Afro*, surgiram também outras entidades de extrema importância para a consolidação do Movimento Negro no estado do Rio de Janeiro, como o Grupo de Trabalho André Rebouças (GTAR)<sup>11</sup>, a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (SINBA)<sup>12</sup> e o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN)<sup>13</sup>, sem esquecermos ainda, dos bailes *soul* e o que ficou conhecido como movimento *Black in Rio*. Portanto, como bem destaca o Cruz,

<sup>10</sup> Felipe Bellido Cruz (2023) utiliza o conceito de *véu e dupla consciência*, de W.E.B. Du Bois, para compreender o processo de combate às desigualdades no pós-abolição e, ainda, a entender a realidade da esfera pública brasileira que, como destaquei, estava antes permeada pelas ideologias do branqueamento e da democracia racial.

<sup>11</sup> Fundado em 1975, o GTAR foi liderado pela professora Beatriz Nascimento, reunindo alunos da Universidade Federal Fluminense, local em que lecionava, que também frequentavam as reuniões do *Afro*. Tinha como propósitos, "introduzir gradualmente créditos na universidade que abordassem as relações raciais no Brasil; reformular o programa da disciplina de Antropologia do Negro Brasileiro; e atualizar a bibliografia dos cursos" (Cruz, 2023, p. 50), mas posteriormente também se voltou para atender demandas locais que posteriormente se estenderam por outras regiões, como Niterói, Baixada Fluminense no RJ e, ainda, Minas Gerais.

<sup>12</sup> O SINBA surge a partir das discussões realizadas no CEAA, em que traziam a necessidade de se formar uma entidade negra e, aconteceu por entenderem ser fundamental uma organização que fosse autônoma e propositiva, indo para além de encontros semanais, se tornando a primeira entidade política no aparecimento do Movimento Negro do Rio de Janeiro.

<sup>13</sup> O IPCN surge logo após o SINBA, em 1975, proveniente de sujeitos que fizeram parte do *Afro*, mas junto a um corpo de atores negros da TV Globo e, ainda, de um grupo de funcionários do judiciário. (Cruz, 2023). Dessa forma, a partir de diversas ações que também estavam abertas ao público em geral, se tornou a principal entidade negra no Rio de Janeiro na década de 1970, formando um grande espaço de sociabilidade negra durante este período marcado por repressões.



um aspecto importante do ressurgimento do movimento negro no Rio de Janeiro é o fato de ter sido gestacionado em espaços culturais acadêmicos como a universidade e também em atividades culturais recreativas como os bailes *soul*, ou *black Rio* como o evento ficou conhecido na cidade durante a década de 1970. (Cruz, 2023, p. 48-49).

Assim, diante da violência simbólica imposta pela branquitude, necessariamente houve uma reação da população negra que, como já constatado, se concretizou com a partir das associações anteriormente citadas e que posteriormente, culminaram na instituição do MNU no final da década de 70, movimento este que levou à construção de uma nova afirmação da identidade negra e a uma organização efetiva do Movimento.

Importa destacar esse processo pois, até então, a população negra fora subjugada e não teve o reconhecimento pleno de sua humanidade, dado o sutil conflito entre raças imposto pela raça branca - mascarado pelo mito da democracia racial, aparentando a harmonia entre as raças - que por si só, rotulou esse grupo menos favorecido e violentado, embasados em uma teoria racista que tinha como pressupostos, as hierarquias sociais, colocando os brancos no topo.

Como bem explicita Roberto Da Matta (1987),

É impossível demarcar com precisão as origens do credo racial brasileiro, mas é possível assinalar seu caráter profundamente hierarquizado, como uma ideologia destinada a substituir a rigidez hierárquica que aqui se mantinha desde o descobrimento, quando nossas estruturas sociais começaram a se abalar a partir das guerras de Independência. (DaMatta, 1987, p. 68).

Tal ponto discutido pelo autor, demonstra como a sociedade brasileira foi estruturada com base no modelo de governo monarca Português, ou seja, a estratificação era legalizada e, com isso, havia o reconhecimento e a regulamentação das desigualdades sociais. Assim, não existia o pressuposto e o princípio de igualdade perante a lei, que só foi surgir após revoluções francesas e americana; nisto se funda o Brasil, já marcado pelas desigualdades em que há a marginalização de determinados grupos que são nitidamente diferenciados.

Reafirma ainda o autor, ao tratar das hierarquias estabelecidas pautadas na ideologia das raças fazendo um comparativo com a segregação racial americana que, “Neste sistema, não há necessidade de segregar o mestiço, o mulato, o índio e o negro, porque as hierarquias asseguram a superioridade do branco como grupo dominante” (DaMatta, 1987, p. 75).

Apesar de terem sido rotulados com base em seus traços negroides, como cor de pele e outras estéticas que caracterizam o povo negro, vale dizer que o racismo reproduzido em todo o processo histórico não se limita à interpretação biológica que coloca o negro como ser inferior, pelo contrário, são diversas as vertentes que não trata apenas do branco/negro, mas também dos indígenas, asiáticos, traçando um histórico de racismo perante outras raças.

Trata-se, deste modo, de uma historicidade construída a partir da perspectiva de uma só população em que as hierarquias fazem a sua própria estratificação, qual seja, a branca, em constante interação com os outros grupos perfazendo, inclusive, a miscigenação; história essa que traz como ponto em comum a violência e a desumanização da população negra, colocando-se como centro e ator principal do desenvolvimento humano e da formação de uma sociedade.

Frise-se que tal pensamento se estruturou sob o jugo da dominação branca e em detrimento do povo e da cultura negra, o qual teve sua história apagada, através da incorporação lenta e progressiva de outros componentes culturais que destoava deles, sendo retratados apenas como servos e escravos, sem qualquer importância política e social.

### **2.3.**

#### **Reconhecimento: a luta do cidadão negro**

Diante de tal exposição histórica e de tais condições as quais os negros foram subjugados, na qual é possível identificar as diversas ações e teorias que corroboraram para a tentativa de aniquilação da cultura e identidade negras, importa trazer a teoria do reconhecimento para orientar a interpretação da insurgência desses conflitos sociais que emergiram principalmente na década de 70 a partir do movimento negro, que tinha como núcleo central o reconhecimento e pleito dos seus direitos antes negados, que passam a ser cobrados, principalmente, no seu marco substantivo.

Logo, ocorre o descontentamento do reconhecimento tido apenas no plano formal, tendo em vista que nas suas vidas cotidianas percebia-se o racismo em suas variadas vertentes. Há, diante disso, uma nova articulação dos movimentos sociais que, passam a se unificar em prol de demandas específicas, como o

combate a falácias da já dita democracia racial e o pleito pela fruição efetiva de direitos.

No período da década de 1980, apesar do crescimento econômico ocorrido em décadas anteriores, principalmente pós-ditadura militar, percebe-se que o reconhecimento de determinados direitos ainda não se encontrava no plano da realidade social, tendo em vista que era mantida a ordem paradoxal, na qual buscava-se um desenvolvimento pelo alto, sob uma perspectiva de doação, de um Estado paternalista e altamente conservador e autoritário (Paiva, 2018).

Destaca-se que, no Brasil, a reprodução de práticas clientelistas, juntamente com a corrupção sistemática que sempre acompanhou a história da política brasileira, se apresentam como barreiras para o reconhecimento de direitos antes demandados pelos movimentos sociais brasileiros.

Entretanto, "cabe lembrar que a ideia de direitos é poderosa e sempre móvel de ação para novos confrontos que podem surgir na esfera pública democrática brasileira" (Paiva, 2018, p. 266); ou seja, em vista desse processo de redemocratização, revela-se que a sociedade civil, cada vez mais consciente de seus direitos, mobiliza-se em várias formas de organização coletiva no intuito de, com base nessa consciência e identidade construídas, que Touraine (2009) indica como o processo de *individuação*, atuarem na esfera pública e trazerem tais demandas que exprimem as desigualdades sociais postas na sociedade brasileira.

Nisto, se coloca como foco central de análise, o movimento negro que, baseado nos processos constitutivos de subjetivação e identidade coletiva, confrontam a ordem vigente e se colocam frente à busca de uma nova ordem social, na qual seus direitos sejam de fato reconhecidos, para além do plano formal.

É a partir desse ponto que se pretende resgatar a teoria de Honneth (2009), tendo em vista que ele enfatiza que o não reconhecimento e o desrespeito tende a reproduzir as desigualdades sociais, as diversas formas de opressão e marginalização dos sujeitos sociais que, a partir disso, tem a sua estima afetada, corroborando para uma interpretação negativa de si mesmos e assim, instituindo uma forma de injustiça com esse reconhecimento recusado.

Conceitos negativos dessa espécie designam um comportamento que não representa uma injustiça só porque ele estorva os sujeitos em sua liberdade de ação ou lhes inflige danos; pelo contrário, visa-se àquele aspecto de um comportamento lesivo pelo qual as pessoas são feridas numa compreensão positiva de si mesmas, que elas adquiriram de maneira intersubjetiva. (Honneth, 2009, p. 213).

Importa, assim, ressaltar que tal reconhecimento ultrapassa a chave analítica da classe, tendo em vista demandas que não se restringem apenas ao fator econômico, mas também a outros marcadores, como de gênero e de raça, que se expressam nas demandas do movimento negro, aqui analisado.

Paiva (2018), ao resgatar a análise de Charles Taylor, nos remete a pensar na necessidade de trazer o reconhecimento enquanto uma chave ideal para interpretar as ações do movimento negro, tendo em vista que Taylor "defende que o valor de igual dignidade seja alargado para grupos culturais diversos" (Paiva, 2018, p. 267).

Ressalta-se, ainda, que em todo o seu percurso histórico, o movimento negro não exerceu pleito apenas voltado para os seus interesses. Pelo contrário, sempre se tratou de uma luta por justiça e num acordo societário mais inclusivo, em que coloca na sua agenda de reivindicações a luta pelos interesses de todos aqueles subjugados a situações de vulnerabilidade social.

Assim, importa refletir sobre o que Honneth (2009) também descreve, ao dizer que através da experiência do desrespeito, da vergonha, do rebaixamento, o sujeito alvo dessas ações pode-se impulsionar a uma ação de resistência social e para o conflito quando é percebida que é uma situação comum a tantos outros, que, por consequência, se concretiza na luta por reconhecimento.

Defende-se neste trabalho, entretanto, que tal possibilidade de reação dos sujeitos que passam por essa experiência de humilhação- não se dá de forma automática, tendo em vista que de imediato essa experiência afeta na sua própria estima. Pelo contrário, entendemos que a partir disso e da inserção em grupos e espaços coletivos, como os NEABs, a partir de trocas e experiências de vida é que tal processo de enfrentamento e resistência passa a acontecer.

Para além disto, o autor revela como algumas formas de desrespeito afetam os indivíduos (que aqui delimito aos negros), a ponto de fazer com que estes percam totalmente a sua autoconfiança, bem como a confiança no próprio mundo, que se estende em diversas esferas da vida social. As diversas violências, torturas e perseguições que os negros sofreram historicamente se refletem nessa afirmação de Honneth (2009) de forma evidente; em um país cuja escravidão durou mais de 300 anos, e que construiu suas bases sob o sangue e o suor negro, é possível perceber que essa população carrega até hoje as consequências e os traços dessas violências que transcendem o âmbito físico.

Confirma-se assim, o que o autor diz, quando dispõe que

[...] o sofrimento da tortura ou da violação será sempre acompanhado, por mais distintos que possam ser os sistemas de legitimação que procuram justificá-las socialmente, de um

colapso dramático da confiança na fidedignidade do mundo social e, com isso, na própria autosssegurança. (Honneth, 2009, p. 216).

Afetados não somente em seus corpos, sendo ainda possível enxergar determinado controle social sobre os mesmos - vide a maioria de negros nos presídios, nas periferias ou nas favelas, essa população tem, sobretudo, sua estima rebaixada, carecendo de um movimento de afirmação e resgate de seus verdadeiros valores que, por sua vez, começa a ser impulsionado de maneira mais intensa a partir do período de redemocratização, como já mencionado, e da criação de espaços coletivos em que se permitem discussões e trocas de cunho individual.

A vergonha social a que foram expostos fora de tal forma expressiva, que até hoje se prosseguem estudos que identificam as reais consequências sofridas por este povo que fora colocado às margens da sociedade, dada a sua complexidade e todos os atravessamentos aos quais estão sujeitos, passando não apenas pela esfera do físico e do biológico mas, ainda e talvez mais intensamente, a esfera subjetiva, na qual tiveram suas subjetividades afetadas a ponto de perderem suas raízes ancestrais e não se reconhecerem como parte de sua própria comunidade.

Dessa forma, esses maus tratos relatados por Honneth, evidentemente afetaram as relações sociais nas quais os negros estão inseridos e fazem parte. A começar pelo fato das divisões e hierarquizações sociais a que foram expostos, e que se deram primeiramente a partir da escravidão, sucedeu-se o subemprego, o não acesso a políticas públicas e demais meios que os possibilitassem ascender socialmente.

Importa dizer, assim, que o processo de construção de cidadania desses indivíduos negros fora permeado por muitos conflitos, tendo em vista que os privilégios dos brancos se mantinham na sociedade, os quais mantiveram o status e o poder centralizados, e de alguns afro-brasileiros de pele clara que alcançavam determinado status social e com isso ajudavam ainda a confirmar o mito da democracia racial.

É com base inclusive, nessas afirmações, que uma das principais demandas do Movimento Negro vai surgir na virada dos anos 90 e 2000, qual seja, a demanda pelas ações afirmativas nas universidades, que visavam a reparação histórica a partir da reserva de vagas nas universidades públicas, no intuito de incluir grupos que foram historicamente excluídos de todos os setores sociais tidos

como relevantes, a exemplo, das universidades, empregos bem remunerados, na política, dentre outros.

Dessa forma, é possível fazer uma análise sobre o Movimento Negro ao percebermos que os povos negros foram escravizados e, como também descreve Honneth (2009), tiveram sua identidade fraturada. Com isso, os movimentos negros buscaram o reconhecimento dos seus semelhantes frente à sociedade e, principalmente, frente ao Estado, buscando instituir seus direitos e as condições mínimas para garantir a sua dignidade enquanto ser humano para além do plano formal.

Assim, ao incluir a psicologia social de George H. Mead em sua teoria, Honneth (2009) chega à dimensão da solidariedade social, a qual conclui que, conforme afirma Paiva (2018) "o sujeito apenas pode se auto-afirmar no meio social quando passa a fazer parte de uma comunidade jurídica", ou seja, a partir do meio social em que está inserido, o sujeito se reconhece a partir da sua interação com os demais sujeitos, fato este que não acontecia já que ser escravizado ou subalternizado colocava este indivíduo fora da comunidade política, .

É com base nesse pressuposto que esta pesquisa pretende - também se guiar, ao perceber que o movimento contínuo de reconhecimento entre os estudantes negros beneficiários de ação afirmativa inseridos na universidade ocorre através de grupos de pesquisas como os NEABs (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros). Parte-se, assim, da hipótese de que os Neabs foram espaços acadêmicos fundamentais para a consolidação do resgate da consciência sobre a negritude e sobre as desigualdades étnico-raciais.

Honneth (2009) resgata ainda na tese de Mead as problemáticas desse não reconhecimento social. Afirma o autor que, todo sujeito necessita do reconhecimento intersubjetivo de suas capacidades e que, se tal relação não acontece, abre-se uma lacuna de cunho psíquico que leva este indivíduo a reações emocionais negativas, que influenciam no seu autorreconhecimento, na sua autoestima e na sua própria percepção de mundo, levando-os inclusive a perceber que esse reconhecimento de fato lhe é negado socialmente (Honneth, 2009).

Como consequência disto, este indivíduo aqui delimitado no indivíduo negro, entende-se como sujeito de menor valor no meio social ao qual está inserido, interferindo diretamente no ego desse sujeito. É assim que o autor - resgatando a teoria de Mead - chega à conclusão de que através dessa experiência de desrespeito pode surgir a luta por reconhecimento, "pois a tensão

afetiva em que o sofrimento de humilhações força o indivíduo a entrar só pode ser dissolvida por ele na medida em que reencontra a possibilidade da ação afetiva" (Honneth, 2009, p. 224).

Isto se aplica heurísticamente na realidade do Movimento Negro brasileiro, ao analisarmos que existe o tensionamento frente as diversas instituições políticas e sociais, através da reivindicação do atendimento de sua agenda, de forma que tais injustiças que os infligiram historicamente tornam-se os reais motivos de sua resistência política. É com isso que se aponta o fato de que, através do desrespeito pessoal, como ocorre no Brasil em diversos casos de racismo surge uma luta de cunho coletivo, tendo em vista que tal experiência se estende a todos os sujeitos pertencentes a este grupo social e, os negros passam a demandar por direitos.

Dessa forma e, a partir disso, ressalta-se que através das trocas dessas experiências entre os sujeitos afetados por essas diversas ações negativas, pode ocorrer uma organização desse grupo a ponto de levá-los a um posterior engajamento político e, para além disso, se desenvolve um processo de construção de subjetividades, que se dá sob a influência desse reconhecimento recíproco.

Entretanto, diante de todo o exposto, cabe ainda ressaltar que a teoria acerca do reconhecimento intersubjetivo entre os sujeitos aqui trazida, resgata tal conceito para pensar na relação entre os sujeitos componentes do mesmo grupo, através de suas trocas de experiências. Tal fato é possível de se constatar principalmente a partir de uma análise histórica, que revela o acordo social entre os grupos que detinham o poder, impedindo que a população negra se articulasse politicamente e fosse em busca dos seus direitos.

É a partir desse processo de reconhecimento intersubjetivo proposto pelo autor (2009), que se inicia então a organização do movimento negro na busca pelo seu reconhecimento na esfera pública, engajando-se na luta social de forma a ganhar força principalmente a partir do período de redemocratização do Brasil, com a queda da ditadura militar e o reconhecimento legal de alguns direitos através da Constituição Federal de 1988.

Tendo como principais pautas, o reconhecimento da sua relevância cultural e a distribuição de bens materiais (Paiva, 2018), além, ainda, da luta contra a repressão policial que sempre fez parte da sua agenda, o movimento negro se coloca como sujeito central na demanda desses direitos e, inicia-se assim o resgate dessa ancestralidade, que, para além do reconhecimento no plano formal, busca o reconhecimento entre os sujeitos no plano subjetivo, interferindo

diretamente na construção de suas identidades e formulação de subjetividades negras, através da posituação de suas experiências de vida.



### 3

## **Pedagogias alternativas e construção de subjetividades negras nos espaços acadêmicos**

### **3.1.**

#### **Resgatando conceitos: pedagogia cívica e educação não-formal**

Posterior à discussão acerca de algumas ideologias dominantes que cooperaram para a tentativa de assimilação e branqueamento da população negra, importa trazer a discussão que perpassa os movimentos sociais, em especial os movimentos negros, e as pedagogias que emergem no seio dos movimentos como uma das maneiras de construir subjetividades negras, ressaltando a cultura negra, a negritude e, então, a positivação de experiências enquanto negros inseridos em uma sociedade estratificada social e racialmente.

Partimos do pressuposto de que o Movimento Negro é o sujeito central na construção dessas identidades, sendo aquele que pleiteou historicamente não apenas os direitos que antes lhes foram negados, mas também, a afirmação do seu lugar na sociedade e a busca pelo seu reconhecimento enquanto cidadão portador de uma cultura que antes fora marginalizada.

Como bem ressalta Rosana Heringer (2002),

Em um país com enormes desigualdades sócio-econômicas, era difícil para os negros compreender que suas condições de vida precárias eram resultantes também da discriminação racial. Isto começou a mudar devido à crescente visibilidade de um ativo Movimento Negro, à presença de um pequeno grupo de intelectuais negros e de artistas que frequentemente levantavam o assunto e, também, à intenção governamental de fazer algo em relação ao assunto, criando agências específicas para cuidar da cultura negra, da situação dos descendentes dos antigos escravos e da legislação antirracista. (Heringer, 2002. p. 59).

Diante de tal realidade que revela a insurgência histórica de um determinado movimento social que busca a sua maior inserção e participação na sociedade brasileira, pretende-se trabalhar com o conceito de pedagogia cívica proposto por Paiva (2021), que defende a ideia de que existe um processo de aprendizado na vivência em espaços democráticos.

Resgato este conceito para pensar principalmente sobre o processo pedagógico insurgente no seio do Movimentos Negro, no qual a ideia de identidade racial começa a ser destacada e com isso, a subjetividade de muitos negros na sociedade passa a ser construída e, ainda, começa a alcançar novos espaços de discussão, principalmente no período de redemocratização e

implementação das políticas de ações afirmativas. Assim, reflete sobre como, ao participar ativamente nesses espaços, aqui delimitado ao movimento social negro de cunho acadêmico e, principalmente, aos NEABs (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros), ocorre uma forma de aprendizado que não está ligado necessariamente a educação formal e cultura política existentes no país; pelo contrário, ao associar-se nesses espaços democráticos, surgem pedagogias alternativas que auxiliam no entendimento de si, do seu estar no mundo e, a partir disso, no exercício da sua cidadania enquanto cidadão negro.

Angela Paiva (2021) traz, portanto, a reflexão de como a educação passou por um processo de ampliação em toda a sociedade, de forma a romper com modelos tradicionais na própria sociabilidade dos indivíduos, sendo um movimento catalisador para a expansão da cidadania. Importa, assim, citar também o papel do Estado nesse âmbito, principalmente quando destacamos a perspectiva dos direitos sociais, o qual coloca a educação como um dos pilares estruturantes da sociedade.

Dessa forma, sempre surgiu a discussão sobre como a educação em si tinha um papel transformador na sociedade, tendo em vista que em algumas perspectivas era enxergada como formas de emancipação do próprio indivíduo, que nela via possibilidades de ascensão social e também de integração entre os indivíduos na sociedade de forma geral, o que também revela como a educação possui um papel crucial na formação das relações sociais como um todo.

Paulo Freire (2022), vai retratar sobre esse processo de tomada de consciência por parte das camadas populares da sociedade sob uma perspectiva que vale ser citada nesta pesquisa. O autor elabora um projeto no qual visava uma educação que, para além da alfabetização e do conhecimento de determinadas disciplinas, colocava como central a conscientização social e política do indivíduo; como bem afirma, "necessitávamos de uma educação para a decisão, para a responsabilidade social e política". (Freire, 2022, p. 117).

Neste contexto, vê-se que os índices de desigualdades sociais são expressivos em diversas esferas da sociedade brasileira, no que tange o âmbito da educação, seja do nível básico, seja do nível superior. Neste sentido, diante de uma sociedade altamente estratificada e que se percebe o baixo nível educacional dos indivíduos - principalmente os negros – e, ainda, a falta de participação política, é que o autor destaca sobre a importância dessa educação que liberta, na medida em que oferece ao sujeito "instrumentos com que resistisse aos poderes de 'desenraizamento' de que a civilização industrial a que nos filiamos está amplamente armada". (Freire, 2022, p. 118).

Afirma então sobre a necessidade de

uma educação que possibilitasse ao homem a discussão corajosa de sua problemática. De sua inserção nesta problemática. Que o advertisse dos perigos de seu tempo, para que, consciente deles, ganhasse a força e a coragem de lutar, em vez de ser levado e arrastado à perdição de seu próprio 'eu', submetido às prescrições alheias. Educação que o colocasse em diálogo constante com o outro. Que o predispusesse a constante revisões. À análise crítica de seus 'achados'. A uma certa rebeldia, no sentido mais humano da expressão. Que o identificasse com métodos e processos científicos. (Freire, 2022, p. 118-119).

Assim, apesar de a teoria de Freire (2022) não delimitar especificamente acerca da população negra, é curioso o quanto tal conceito cabe ser utilizado para pensarmos sobre o processo de tomada de consciência dos indivíduos que, a partir do contato com um tipo de educação emancipadora, através da comunicação, que de fato liberta, pode ser um catalisador e até um instrumento efetivo para que eles pensem sobre seus contextos de vida, suas histórias, raízes e assim, passem a visualizar as bases que estruturam a sociedade e que afetam diretamente suas vidas, como o caso do racismo que se sustenta na exploração e subjugação da população negra na manutenção de privilégios da branquitude.

A partir dessa perspectiva, vale dizer então, que a educação não se restringe apenas a educação formal, qual seja, aquela estabelecida e sistematizada pelas instituições de ensino. Pelo contrário, como bem destacam Paiva (2021) e Maria da Glória Gohn (2011), existe uma educação que permeia as relações sociais, sendo identificada nos processos de socialização entre os indivíduos que as autoras identificam, respectivamente, como pedagogia cívica e educação não-formal.

Tais conceitos são importantes de serem discutidos, quando consideramos que a construção das redes educacionais no Brasil e o processo de implementação dessas instituições foram altamente excludentes e elitistas, ao identificarmos como Paiva (2021) evidencia que até a década de 1950 a maior parte dos jovens pobres não possuía o devido acesso por estarem estabelecidos em regiões agrárias, fator este colocado pela autora como o processo do *apartheid educacional brasileiro*.

Seria ingênuo, então, não fazer o seguinte questionamento: onde estaria a população negra nesse processo? Se futuramente, Carlos Hasenbalg e Nelson

do Valle Silva (1990)<sup>14</sup> iriam identificar que os negros estavam à margem desse sistema educacional, defendendo a ideia de que nesta época isto certamente também já poderia ser evidenciado, principalmente ao destacarmos que essa população sequer foi alvo de políticas públicas integradoras no período pós-abolição, o que gerou diversas consequências e mazelas sociais.

É a partir disso que Paiva cita Luiz Antonio Cunha quando afirma que "a educação escolar brasileira é herdeira direta do sistema discriminatório da sociedade escravagista sob dominação imperial" e a "persistência da escola excludente" se tornou evidente desde o nascimento da República" (Cunha, 1991, p.31 apud Paiva, 2021, p. 30-31).

Essas reflexões e análises, nos levam inclusive a questionar sobre o processo de inclusão de determinados grupos, e aqui ressalto os negros, no processo de construção da própria democracia do país. Tendo em vista que, se a educação e formação eram canais para participação política, como esses seriam incluídos em tal dinâmica? É a partir disso que podemos ressaltar o processo discriminatório que sempre acompanhou o desenvolvimento da sociedade brasileira, colocando em questão a própria constituição da esfera pública nessa sociedade.

Assim, é possível identificar um acordo societário entre grupos dominantes e altamente excludentes, quando percebemos que não havia garantia plena de direitos (sequer eram todos considerados como sujeitos de direitos) e de participação em espaços deliberativos centrais do país. É neste sentido que Paiva (2021) identifica como esses traços marcam a própria construção da democracia racial, a qual leva a todos se enxergarem como pertencentes e integrados a sociedade sem que de fato fossem, ao mesmo tempo que colocava os negros como inferiores e reproduzindo um sentimento e uma subjetividade subalternizante.

Foi diante disso que, de forma contínua, os movimentos negros ascenderam e iniciaram um processo de reivindicação de direitos, confrontado algumas ideologias e promovendo discussões e espaços em que fosse possível desconstruir tais ideais e assim resgatar a cultura e ancestralidade negras, discussão essa trazida na seção anterior.

Tal dinâmica, portanto, revela um processo democrático incisivo, no qual redes e espaços para organizar ações coletivas começam a se estabelecer,

---

<sup>14</sup>HASENBALG, Carlos A.; SILVA, Nelson do Valle. Raça e oportunidades educacionais no Brasil. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, n. 73, p. 5-12, maio 1990. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n73/n73a01.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2023.

surgindo uma consciência coletiva das desigualdades existentes na estrutura social brasileira que, necessariamente, precisavam ser confrontadas. Diante deste processo, marcado por levantamento de pautas específicas envolvendo direitos sociais, como educação, cultura, segurança e religião; é que pretendo ressaltar o conceito trazido por Paiva (2021, p. 38) denominado de pedagogia cívica, "uma vez que se aprendia à medida que se engajava em associações nos espaços públicos".

Sendo assim, a autora defende que essas dinâmicas sociais permeadas por diversas formas de mobilizações que possuem o foco central na luta por direitos e reconhecimento, além de serem o cerne dos movimentos sociais, refletem essa "pedagogia cívica", na medida em que observamos as participações nos espaços públicos e o engajamento dos atores sociais.

Assim, demonstra que essa pedagogia não precisa estar atrelada à educação formal ou qualquer cultura escolar sistematizada, pois

Parte-se da hipótese de que a pedagogia cívica está fortemente imbricada nos processos de participação social e traduz um aprendizado no processo porque, independentemente da educação e da cultura política existentes na tradição do país, o engajamento em práticas associativas, seja nos movimentos sociais, seja nas associações civis, pode, em si mesmo, significar pedagogias alternativas para a participação cívica e para o exercício da cidadania. (Paiva, 2021, p. 65).

É este processo que pretende ser identificado no presente trabalho, qual seja, o processo de engajamento e aprendizado que acontece no seio do Movimento Negro, em especial, no âmbito dos NEABs, quando ao trocar suas experiências de vida, indivíduos negros constroem e fortalecem de maneira coletiva suas subjetividades.

Maria da Glória Gohn (2006), também propõe um conceito possível de ser observado nesta análise, o qual define como educação não-formal, que ela conceitua como "aquela que se aprende "no mundo da vida", via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianos". (Gohn, 2006, p. 28).

Ressalta a autora, que a educação não-formal, é aquela em que há uma intencionalidade nas formas de interação, ou seja, esses espaços nos quais ocorrem trocas de experiências sobre as trajetórias de vida de cada indivíduo, fora das escolas e, estritamente em locais informais são compostos por pessoas que possuem a intenção de participar, de aprender e de transmitir a troca de saberes.

Assim, ela demonstra a importância da educação não-formal na construção da cidadania do indivíduo, uma vez que, diferentemente do âmbito

escolar, cada um está ali de forma optativa, sem qualquer forma de coerção, o que amplia as possibilidades de troca e abre uma oportunidade para que se insira o conhecimento acerca do mundo que os cerca e as relações sociais existentes que os afetam diretamente no cotidiano.

Portanto, se manifesta uma espécie de construção coletiva, não hierarquizada, mas sim horizontal, na qual são direcionados os interesses do grupo e, assim, se levantam pautas de interesses que lhes são comuns, levando ainda a uma identificação recíproca entre os sujeitos. Dessa forma, percebe-se um ambiente construído a partir dos princípios de igualdade e justiça social, percepções essas que não são adquiridas de imediato por toda a população brasileira, em especial a população negra, fortalecendo, portanto, a sua própria percepção de cidadão em uma sociedade, por fim, democrática.

Supõe-se então uma formação coletiva de cunho sociopolítico, a partir da troca de informações e de conhecimento de vários níveis do saber, construindo um espaço coletivo e aberto para aqueles que possuem interesse, o que promove um sentimento de pertencimento e contribui na noção de civilidade, sem qualquer individualismo, tendo em vista ser uma das características, a solidariedade.

Gohn (2006) destaca que uma das principais características da educação não-formal, é a construção da identidade coletiva do grupo. Tal noção corrobora para a análise levantada neste trabalho, qual seja, a de que ao se associar a grupos estabelecidos no interior das universidades, muitos negros iniciam um processo intenso de construção de suas subjetividades, que fortalece e afirma suas identidades, promovendo um empoderamento coletivo, no qual cada um se reconhece e passa a se enxergar e identificar no outro.

Ou seja, no âmbito dos NEABs, algo que será analisado a fundo no próximo capítulo, supõe-se que ocorra esse tipo de troca entre os indivíduos ali presentes, através de falas, experiências de vida, estudos e discussões sobre as dinâmicas atuais, podendo levar inclusive, a uma maior participação política posteriormente, retomando a afirmativa de Gohn (2006), a respeito do atributo principal da educação não-formal que está diretamente associado à própria percepção de cidadania.

Para além disto, essas pedagogias que emergem nesses âmbitos não-formais contribuem ainda para a afirmativa que também será destacada por Gomes (2017), quando coloca a respeito do processo de afirmação e positivação de experiências dos indivíduos negros ao terem contato com o conhecimento acerca de suas raízes e ancestralidades, ressignificando uma experiência que antes era negativa, relacionada aos seus corpos e a própria estética negra.

Importa, em tempo, dizer que não se pretende, nesta pesquisa, contrapor a educação não-formal e a pedagogia cívica à educação formal; pelo contrário, pretende-se demonstrar que de fato elas estão em curso em diversos ambientes, inclusive no âmbito acadêmico, complementando a educação formal, tendo em vista as diversas articulações que promovem, contribuindo para o desenvolvimento de outros objetivos nos sujeitos que não se restringem ao mercado de trabalho, por exemplo, mas com viés político e participativo.

Assim, percebe-se que para além das escolas, os ambientes universitários, proporcionam também espaços democráticos de troca de saberes, em que ocorrem disputas de narrativas e discursos, levando os participantes a uma reflexão crítica que não está necessariamente restrita à sala de aula. Isso se dá pelo entrosamento dos alunos e professores com grupos externos e também, por vezes, devido à uma participação política prévia, tendo em vista que possuem uma agenda de discussões alinhada com as pautas levantadas pelos movimentos negros contemporâneos.

Esses conceitos nos levam a chegar à conclusão de que os campos em que se desenvolvem tanto a pedagogia cívica, quanto a educação não-formal são valiosos para pensarmos sobre a construção dessas cidadanias e identidades, trazendo um novo sentido para as lutas e dinâmicas sociais, principalmente aquelas que estão envolvidas com o tema da educação, que por si só se revela um pleito histórico por parte dos movimentos negros, com vista à transformação da realidade social.

Isto porque percebe-se que para além de uma educação sistematizada, o que se evidencia é a importância dada principalmente aos valores culturais desses indivíduos, que levam à novas ações de cunho sociopolítico. Ou seja, vale dizer que o conceito de educação trazido pela autora é um conceito amplo, que está associado ao conceito de cultura. Assim, se reconhece que ao longo da vida dos indivíduos, eles adquirem aprendizados e conhecimentos que surgem a partir de suas experiências, de eventos e acontecimentos, sejam de forma isolada ou a partir do contato com determinados grupos ou associações.

Importante pensar isso, na medida em que estamos acostumados com a polarização dos conceitos, o que seria tendencioso pensar apenas em uma educação formal ou não-formal, caso que não defendemos neste trabalho. Pelo contrário, há concepção da multiplicidade de pedagogias e de formas de ensino, que vão se alterando e se construindo a partir dos grupos que se consolidam, podendo de fato formular pedagogias alternativas que fogem do modelo tradicional de ensino, mas que não são também opostas e sim, complementares.

Outra categoria importante a ser pensada no que se refere a esse conceito de educação, está relacionada ao tempo/espço desse aprendizado que, diferente do âmbito formal, possui muito mais flexibilidade e diferentes dimensões em sua operacionalização. Nesse sentido, supõe-se que a absorção e internalização do conteúdo tende a ser muito mais efetiva, já que as limitações e individualidades de cada sujeito são consideradas e respeitadas, sem qualquer tipo de imposição externa ou institucional que possa prejudicar esse processo de aprendizado, fato este também intensificado pela própria intencionalidade e interesse de cada sujeito participante.

Como afirma ainda Gohn (2006),

Um dos supostos básicos da educação não formal é o de que a aprendizagem se dá por meio da prática social. É a experiência das pessoas em trabalhos coletivos que gera um aprendizado. A produção de conhecimento ocorre não pela absorção de conteúdos previamente sistematizados, objetivando ser apreendidos, mas o conhecimento é gerado por meio da vivência de certas situações-problema. As ações interativas entre os indivíduos são fundamentais para a aquisição de novos saberes, e essas ações ocorrem fundamentalmente no plano da comunicação verbal, oral, carregadas de todo o conjunto de representações e tradições culturais que as expressões orais contêm. Habermas é um dos autores que mais se debruçou no estudo dos processos das ações comunicativas entre os indivíduos e grupos sociais organizados. Cumpre destacar nas duas modalidades acima que a educação não formal tem sempre um caráter coletivo, passa por um processo de ação grupal, é vivida como práxis concreta de um grupo, ainda que o resultado do que se aprende seja absorvido individualmente. O processo ocorre a partir de relações sociais, mediadas por agentes assessores, e é profundamente marcado por elementos de intersubjetividade à medida que os mediadores desempenham o papel de comunicadores.

Dessa forma, destaca-se esse caráter coletivo, em que ocorre uma comunicação e troca no interior do grupo capaz de levar os componentes do grupo a formular questões sobre a sua existência e suas próprias experiências de vida, possibilitando, ainda, a formulação de novos saberes, em verdadeiro processo de práxis. Nisso, a autora também ressalta como um dos pontos principais e mais importantes da educação não-formal, a possibilidade de serem criados novos conhecimentos a partir da criatividade desses sujeitos componentes do grupo.

Como bem demonstra,

A maior importância da educação não formal está na possibilidade de criação de novos conhecimentos, ou seja, a criatividade humana passa pela educação não formal. O agir comunicativo dos indivíduos, voltado para o entendimento dos fatos e fenômenos sociais cotidianos, baseia-se em convicções práticas, muitas delas advindas da moral, elaboradas a partir das



experiências anteriores, segundo as tradições culturais e as condições histórico-sociais de determinado tempo e lugar. O conjunto desses elementos fornece o amálgama para a geração de soluções novas, construídas em face dos problemas que o dia a dia coloca nas ações dos homens e das mulheres. (Gohn, 2006).

Este ponto, será abordado a seguir, quando a autora Nilma Lino Gomes (2017), discute sobre o movimento negro educador e as pedagogias alternativas que emergem a partir dele enquanto ato político. A autora ressalta, principalmente, o movimento negro como um sujeito criativo nas dinâmicas sociais que historicamente vem formulando novos saberes e contribuindo diretamente na construção da subjetividade da população negra, ressignificando suas experiências de vida, de forma que ocorra o reconhecimento entre si e a identificação do grupo, conscientizando a comunidade de sua verdadeira causa e luta.

### 3.2.

#### **Pedagogias que emergem e formulação de novos saberes pelo Movimento Negro**

Neste momento, procuro destacar o papel pedagógico exercido pelo Movimento Negro, quando se identificou, como foi, e é, um sujeito central na constituição de novos saberes, contribuindo diretamente para a emergência de uma nova perspectiva de cidadania que começa a partir dos sujeitos associados a este movimento tão importante para a constituição da democracia brasileira.

Nilma Lino Gomes (2017), autora negra que tem produção voltada a este tema sobre os saberes construídos pelo Movimento Negro, ressalta o viés educador do mesmo. No prefácio de seu livro “O movimento negro educador”, o escritor Boaventura de Sousa Santos, ratificou isso ao dizer que

O movimento é educador porque gera conhecimento novo, que não só alimenta as lutas e constitui novos atores políticos, como contribui para que a sociedade em geral se dote de outros conhecimentos que a enriquecem no seu conjunto. (Santos, 2017 apud Gomes, 2017).

Partimos de uma perspectiva que considera o contato dos saberes produzidos nas lutas e reivindicações sociais do Movimento Negro com os saberes acadêmicos, o que corrobora para uma reconfiguração desse ambiente em que determinados saberes são construídos e legitimados, ressaltando ainda que tal

dinâmica está intrinsecamente ligada com as demandas do movimento por democracia e garantia de direitos que por anos lhes foram restringidos.

Como bem afirma Gomes (2017),

É também esse mesmo movimento social que fez e faz a tradução intercultural das teorias e interpretações críticas realizadas sobre a temática racial no campo acadêmico para a população negra e pobre fora da universidade, que articula, com intelectuais comprometidos com a superação do racismo, encontros, palestras, publicações, minicursos, workshops, projetos de extensão, ciclos de debates abertos à comunidade e que inspira, produz e ajuda a circular as mais variadas publicações, panfletos, folders, revistas, livros, sites, canais do Youtube, blogs, páginas do Facebook, álbuns, artes, literatura, poesia abordando a temática racial no Brasil em sintonia com a diáspora africana. (Gomes, 2017, p. 17-18).

É neste mesmo sentido que Ratts (2009), contribui com o que denomina de "movimento negro de base acadêmica", que segundo o autor, se caracteriza

pela ação organizada de docentes e discentes, por vezes de técnicos administrativos, que se afirmam negros/as no espaço acadêmico e, na contemporaneidade, constituem grupos de atuação como os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs) e os Coletivos de Estudantes Negros, dentre outros. (Ratts, 2009).

Ressalta assim, como corpos negros se inseriram e permaneceram no âmbito acadêmico, ocupando devidamente um espaço que antes era totalmente elitizado e seletivo, incorporando nesse meio um projeto político que tem memória, história, que revela uma atuação não apenas individual, mas principalmente coletiva, corroborando com o que Nilma Gomes (2017) destaca sobre essa interlocução de saberes em diferentes espaços democráticos.

Esse conhecimento produzido de maneira coletiva e, que não necessariamente ocorre em espaços institucionalizados, ressalta a autora, não avança de modo isolado, pelo contrário, ocorre um diálogo estrito com o conhecimento acadêmico produzido nas universidades. Tal ponto é possível de se identificar, quando percebemos que renomados autores e intelectuais negros, também tiveram uma importante participação política que resultaram em conquistas sociais, como o caso do ilustre autor Abdias do Nascimento, que, na década de 1930, participou da Frente Negra Brasileira e poucos anos depois fundou o Teatro Experimental do Negro, um ato de significativa relevância já que se tornou um espaço de desenvolvimento criativo para os negros, se tornando uma conquista.

A partir da inserção no meio acadêmico de diversos intelectuais comprometidos com a discussão das relações raciais no Brasil que também se articulavam com os movimentos negros, como bem já discutido neste trabalho, inicia-se uma indagação que coloca em xeque muitas interpretações do mundo e da sociedade com viés euro centrado, de forma até a ignorar ou não valorizar outras formas de se pensar e existir que se dão a partir de outras lentes.

Vale dizer, então, que a atuação do Movimento Negro no papel de valorizar outras epistemologias foi crucial, principalmente, ao identificarmos que na atualidade, de fato, estudos sobre as relações raciais no Brasil e no mundo, relacionadas ainda à diáspora africana, tem sido foco de muitos estudos e grupos de pesquisa.

Assim, Gomes (2017) demonstra como o Movimento Negro tem papel central na emergência dessas pedagogias que fluem nas relações políticas e sociais, de maneira a articular esses saberes e se inserir em espaços estratégicos, nos quais são discutidas agendas políticas e, principalmente, onde há produção de conhecimento, ou seja, na academia. Essa atuação se mostra, portanto, essencial para uma luta contra o racismo e contra ideologias que ainda perduram nas relações sociais, como a democracia racial.

Atuações como palestras, workshops, grupos de estudo e projetos de extensão, se revelam também como espaços coletivos importantes na construção e formulação desses saberes que estão relacionados aos estudos das relações raciais no Brasil.

Ao politizar a raça, o Movimento Negro desvela a sua construção no contexto das relações de poder, rompendo com visões distorcidas, negativas e naturalizadas sobre os negros, sua história, cultura, práticas e conhecimentos; retira a população negra do lugar de suposta inferioridade racial pregada pelo racismo e interpreta afirmativamente a raça como construção social; coloca em xeque o mito da democracia racial. (Gomes, 2017, p. 22).

É importante ressaltar, que a educação é o campo escolhido para desenvolvermos a presente reflexão, principalmente, por identificarmos que, além de ser um direito social que historicamente foi pleiteado pelos grupos não hegemônicos do Brasil, é o campo em que o Movimento Negro precisou se utilizar para enfrentar a invisibilização da história e da cultura negra na sociedade.

Dessa forma, ignorar este fato e a atuação presente desse ator político na esfera pública brasileira- seria reproduzir o racismo e as falsas ideologias que apagam a cultura e a atuação negra frente aos diversos movimentos sociais. Assim, ressaltamos a atuação do Movimento Negro brasileiro que, através de suas

diversas lideranças e ações dos principais ativistas e militantes, historicamente ressignificou a sua própria história, de forma a desvelar o racismo na sociedade através de atos que podemos interpretar como pedagógicos por terem trazido à tona uma nova interpretação dos fatos sociais<sup>15</sup>.

Interessante ainda pensar que Gomes (2017, p. 26) ao destacar algumas especificidades do Movimento Negro que o diferencia dos outros movimentos sociais, cita que ele traz a centralidade da “raça como construção social, acompanhada da sua ressignificação e politização” e, ainda, que esse movimento evidencia a “complexa imbricação entre as desigualdades sociais e raciais”. Dado isto, o Movimento Negro possui a capacidade de elaborar a “construção de outra interpretação histórica para se compreender a realidade da população negra e sua relação com a diáspora africana” (Gomes, 2017, p. 26). Ou seja, percebemos então, um direcionamento nas ações de cunho estritamente político e permeado de intencionalidade, com vistas a reafirmar suas histórias e experiências de vida.

Gomes (2017), ainda destaca,

[Boaventura] Santos (2009) afirma que toda experiência social produz conhecimento. Ao fazê-lo, pressupõe uma ou várias epistemologias. Por epistemologia entende-se toda noção ou ideia, refletida ou não, sobre as condições do que conta como conhecimento válido. E é por via do conhecimento válido que uma dada experiência social se torna intencional ou inteligível. De acordo com o autor, não existe conhecimento sem práticas e atores sociais. E como umas e outros não existem senão no interior das relações sociais, diferentes tipos de relações sociais podem dar origem a diferentes tipos de epistemologias. (Santos, 2009 apud Gomes, 2017, p. 28).

Assim, ressalta a autora através da referida citação, sobre como as experiências de vida podem surgir como produtoras de conhecimento e, portanto, de novas epistemologias. É um ponto também destacado por Gohn (2011) ao trazer o conceito de educação não-formal, e também por Paiva (2021), quando reflete sobre pedagogia cívica, em que ambas afirmam o aprendizado que decorrem nas vivências e nos engajamentos sociais, de atividades coletivas que cooperam na construção das subjetividades de cada sujeito participante.

É assim, portanto, que defendemos a concepção de que o Movimento Negro através de diversas ações, reeduca e emancipa a sociedade, em uma

---

<sup>15</sup> Um grande exemplo de um desses atos pedagógicos foi a II Assembleia Nacional no dia 4 de novembro em Salvador, que foi o momento em que se instituiu o dia 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra, como um ato político e de afirmação da história do povo negro, em contraposição ao dia 13 de maio instituído anteriormente pelo governo. (Gonzalez; Hasenbalg, 2022).

relação dinâmica entre os sujeitos participantes, ativistas e militantes, bem como o próprio Estado, tendo em vista que muitas iniciativas do Estado surgiram a partir do pleito do movimento que incessantemente reivindicou seus direitos.

A partir disso, novos conhecimentos passam a emergir, novos espaços são conquistados na academia, como os NEABs, novos grupos de estudo sobre relações étnico-raciais no Brasil surgem e recebem destaque ao perceber a necessidade de refletirmos sobre tais dinâmicas sociais. Ressaltamos, em tempo, que não restringimos a elaboração desse conhecimento aos sujeitos negros, tendo em vista que diversos foram os intelectuais e ativistas brancos e não-brancos que, historicamente participaram efetivamente da luta e da reivindicação desses espaços, sujeitos esses que promoveram ações antirracistas necessárias e que demonstram a importância de unir forças, mas sim apenas destacamos o Movimento Negro como sujeito central nesta elaboração.

Assim, reafirmamos que,

enquanto sujeito político, esse movimento produz discursos, reordena enunciados, nomeia aspirações difusas ou as articula, possibilitando aos indivíduos que dele fazem parte reconhecerem-se nesses novos significados. Abre-se espaço para interpretações antagônicas, nomeação de conflitos, mudança no sentido das palavras e das práticas, instaurando novos significados e novas ações. (Gomes, 2017, p. 47).

É diante dessa perspectiva que novos significados surgem e, portanto, novas pedagogias, que pretendo discutir adiante sobre as subjetividades de sujeitos negros que por muito tempo foi e continua sendo afetada por diversas violências sofridas por esses indivíduos que o levaram a ter uma baixa estima, dificultando seu processo de autorreconhecimento e da possibilidade de perceberem seu lugar de cidadão portador de direitos. Tal fato, atrelado ao conceito de negritude, que começa a ser trazido ao debate principalmente a partir das décadas de 20 e 30, quando por exemplo Aimé Césaire (2012) o cita em sua obra "Diário de Um Retorno ao País Natal"<sup>16</sup> também nos ajuda a pensar a respeito de uma nova noção que reverbera na construção da identidade negra e no resgate da ancestralidade e cultura negras, em relação direta com a diáspora africana, que influenciam diretamente na subjetividade dos sujeitos que passam a ter acesso a este tipo de conhecimento.

---

<sup>16</sup> CÉSAIRE, Aimé. **Diário de um retorno ao país natal**. São Paulo: Ed. USP, 2012. Apesar de não se tratar de um estudo aprofundado sobre o conceito de negritude, em sua obra datada de 1939, Aimé Césaire já o utiliza embasado em seus significados que posteriormente seriam mais discutidos em outras obras.

### 3.3.

#### **Construção de subjetividades negras: afirmação de identidades**

Para discutirmos a temática relacionada a subjetividades, vale inicialmente retomarmos algumas reflexões que, apesar de já levantadas principalmente no Capítulo 2 deste trabalho, são necessárias para compreendermos boa parte deste processo de construção de subjetividades de forma a contextualizar o debate, entendendo que nada surge do acaso, pelo contrário, o que existiu foi um projeto político fundamentado em ideologias racistas que seguiram para invisibilizar a cultura e identidade negras na sociedade brasileira e que influenciaram diretamente na auto percepção desses indivíduos.

Como bem retratado, precisamos considerar que o Brasil se construiu sob bases conservadores e hierarquizantes de um projeto colonizador que, sequer considerava o indivíduo negro como sujeito. Sendo assim, o ponto principal que precisamos destacar e iniciar a discussão desta sessão é acerca da violência sofrida pelo negro na sociedade brasileira e que por muito, ainda se perdura, apesar de tais violências terem se reconfigurado e, diria até, alcançado novas facetas na tentativa de se camuflar no seio das relações interpessoais.

Refletir sobre o indivíduo negro, conseqüentemente nos leva a refletir sobre as violências sofridas historicamente por essa população. Ser negro é ser violentado de diversas formas, seja na sua forma física, seja na forma psicológica e subjetividades; fato é que ele jamais sai ileso dentro desse contexto no qual o homem branco é o centro e é interpretado como padrão a ser alcançado.

Neusa Santos Souza (1983) destaca bem sobre esse padrão que foi construído historicamente pelo homem branco, a qual conceitua como o *Ideal do Ego*, em que se formulam uma gama de representações, afetos que circulam entre os indivíduos, e que favorecem o surgimento de uma identidade do sujeito, mas que, ao negro é negada. Negada pois o modelo ou ideal que o negro passa a seguir ou buscar é o do branco, da brancura.

A autora relembra, então, que

A sociedade escravista, ao transformar o africano em escravo, definiu o negro como raça, demarcou o seu lugar, a maneira de tratar e ser tratado, os padrões de interação com o branco e instituiu o paralelismo entre cor negra e posição social inferior. (Souza, 1983. p. 19).

E retrata ainda que

Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a

exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades. (Souza, 1983. p. 19).

Ao trazer este argumento, a autora levanta uma discussão muito cara à população negra, qual seja, aquela que está voltada ao seu autorreconhecimento e, portanto, a sua própria identidade que, na sociedade brasileira, precisa ser afirmada de maneira constante, tendo em vista as diversas violências que esses indivíduos estão sujeitos e que possuem em boa parte, caráter simbólico.

Dessa forma, diz sobre o quão necessário é este indivíduo ter consciência da história do seu povo, entender de fato o contexto e as estruturas constitutivas de uma sociedade que em seu fundamento, coloca a população negra e, em especial a mulher negra, como aquela sobre a qual o peso do capitalismo e da exploração se encontra. Neusa Santos Souza, apesar de dissertar sobre o exercício desse discurso sobre si mesmo, de sua história e da realidade concreta, não discute estritamente sobre o conceito de negritude que, principalmente na sociedade contemporânea tem sido resgatado, justamente no intuito de dar conta desses processos em que sujeitos negros buscam o resgate das suas raízes ancestrais e trazem problematizações pertinentes que colocam em xeque a estrutura dominante ao qual se encontram.

Isso, pois, diante do apagamento sofrido pela população negra, uma das reações do Movimento Negro foi a de afirmar a sua identidade e converter uma história que, antes se restringia ao sofrimento, a violência e a desumanização, à uma história de orgulho, de resistência e afirmação de sua cultura que por muito fora marginalizada, na busca do reconhecimento desses sujeitos enquanto portadores de direitos.

Esta afirmação importa na medida que compreendemos a afirmação de Munanga (2020) quando diz que “o fator histórico parece o mais importante, na medida em que constitui o cimento cultural que une os elementos diversos de um povo através do sentimento de continuidade histórica vivido pelo conjunto de sua coletividade”.

Com isso, refletimos sobre qual história foi contada para essa população, que cresceu e se reproduziu em uma terra distante da sua origem, em outro contexto e outra cultura, fato este que consequentemente afetou a sua subjetividade, levando-os a não se enxergarem como portadores de qualquer direito e conduzi-los para um ideal a ser alcançado, aquele já colocado por Souza (1983). O distanciamento, físico e cultural, exercido como estratégia de

apagamento e, portanto, branqueamento e tentativa de assimilação da população negra, deve ser trazido ao debate para, então, discutirmos sobre os fatos históricos e sobre a influência destes na percepção dos indivíduos negros quanto a sua própria identidade.

Para refletirmos, portanto, sobre a identidade negra, precisamos aproximá-la do racismo e outras ideologias já discutidas nesta pesquisa, tendo em vista que tal identidade passa a ser resgatada e utilizada como arma de confronto, frente à uma violência e a uma “agressão racial branca”, tendo como bem afirma Santos Souza (1983) o branco como modelo de identificação, como a única possibilidade de tornar-se gente.

Tais fatos também são possíveis de ser percebidos na realidade brasileira quando verificamos que em muitos momentos, anteriores ao período de redemocratização, a cidadania carecia de adjetivos para ser reconhecida em sua plenitude, existindo condicionantes materiais para a sua concretude que, ao colocarmos o recorte da raça, podemos identificar que em sua maioria, quem alcançava tal status era a população branca, membros de uma certa "aristocracia" local.

Paiva (2021) retrata bem esta realidade ao resgatar os conceitos de *estadania* formulado por José Murilo de Carvalho e de *cidadania regulada*, por Wanderley Guilherme dos Santos, que evidenciam bem uma democracia pensada de cima pra baixo, sem qualquer participação efetiva das classes mais desfavorecidas e marginalizadas, nas quais os negros em sua maioria fazem parte.

Assim, precisamos considerar que

A história da ascensão social do negro brasileiro é, concomitantemente, a história da construção de sua emocionalidade, esta maneira própria, historicamente determinada, de organizar e lidar dinamicamente com o mosaico de afetos. Construção histórica, a emocionalidade do negro é vista aqui como um elemento particular que se subordina ao conjunto mais geral de injunções da História da formação social onde ele se inscreve.

Tendo que livrar-se da concepção tradicionalista que o definia econômica, política e socialmente como inferior e submisso, e não possuindo uma outra concepção positiva de si mesmo, o negro viu-se obrigado a tomar o branco como modelo de identidade, ao estruturar e levar a cabo a estratégia de ascensão social. (Souza, 1983. p. 19).

É curioso trazer esta reflexão, principalmente quando entendemos que nada foi e é dado ao negro sem que este precise se posicionar e reivindicar. O próprio conhecimento de si, de sua história e raízes foram negados



historicamente, carecendo de uma intervenção de cunho coletivo, qual seja de movimentos sociais e, principalmente, do Movimento Negro, para que alguns sujeitos pudessem ter esse acesso e assim, sua história pudesse ser ressignificada.

Para compreendermos essa dinâmica na qual a reivindicação dos direitos é uma das chaves, cabe-nos resgatar Alain Touraine, quando ele pensa sobre os processos de *individuação e subjetivação*. Longe de recorrer a uma defesa extrema de certo individualismo, o autor traz à reflexão esse processo dialético da relação indivíduo e sociedade, nos levando a pensar sobre a construção de suas identidades e, portanto, subjetividades.

Defende o autor, portanto, que o processo de individuação ocorre principalmente em estado de crise ou de algum desmonte, no sentido de realmente insurgir como uma forma de resistência, na defesa dos direitos, não se desvinculando, portanto, da sociedade e das instituições como um todo, pelo contrário, tal processo está inserido e faz parte de todos os aspectos da vida cultural.

A individuação é, na realidade, endereçada contra muitos outros aspectos de uma sociedade, sobretudo quando esta está em ruínas, mas ela age como força de defesa dos direitos em todos os aspectos da vida social e cultural, e não fora deles. (Touraine, 2009, p. 130).

É nisto que se faz, portanto, o processo de subjetivação dos indivíduos negros que, a partir do embate às instituições/Estado, reivindicam suas identidades e constroem suas subjetividades negras; consoante a isto, ocorre o resgate da negritude e levantamento de debates pertinentes que giram em torno das relações étnico-raciais no Brasil, cooperando para esse processo de construção de subjetividades. Entende-se, então, que apesar do contexto no qual o indivíduo está inserido e que o precede, de forma a levá-lo a reproduzir aspectos que o afetam diretamente em sua autocompreensão, ressaltamos essa possibilidade de ocorrer uma alteração significativa que parte do indivíduo em interação social, levando-o então a se encontrar como sujeito e se tornar um ator social, revelando ao mesmo tempo que este "todo" que até então o precedia, não é permanente e, muito menos, irredutível.

Assim, sujeito não é e não se constrói apenas com base naquilo que o precede, no conteúdo social; mas sim, a partir do seu desejo, da sua resistência, da sua liberdade. Mas nisso, está a necessidade de entender que, segundo ainda Touraine, sua plenitude enquanto sujeito é alcançada quando este também se

torna um ator social, ou seja, quando inserido em uma relação interpessoal, mas sem desconectar-se consigo mesmo.

Ao afirmar-se, o sujeito se torna autor, ao se posicionar e se defender frente ao social, ao mesmo tempo que se movimenta para uma reconstrução desse meio, o sujeito se afirma. Para Touraine (2002, p. 222), "a subjetivação é a penetração do sujeito no indivíduo e, portanto, transformação - parcial- do indivíduo em sujeito", dessa forma, a liberdade de tornar-se, se opondo a qualquer forma de dependência do meio social é o que perfaz o processo de subjetivação conceituado pelo autor.

Portanto, determinados espaços representativos, percebe-se, foram conquistadas desses indivíduos negros que, ao denunciarem a falácia da democracia racial, ao não se contentarem com a ordem social vigente na qual o branco historicamente se manteve em lugares de destaque e privilégio, passaram a buscar meios de se integrar à ordem social competitiva, afirmando-se enquanto sujeitos e, começaram um projeto que de fato iria efetivar a inserção deles em lugares de cunho representativo, dando-lhes voz na esfera pública. Alguns desses espaços, pode-se dizer, são os NEABs, que surgem como iniciativa de docentes negros que, a partir de articulações internas e externas à universidade, começam um trabalho que tem como centro de debate, as relações étnico-raciais no Brasil.

É neste sentido também que Sueli Carneiro (2005), ao trazer o conceito de dispositivo instituído por Foucault, discute sobre as relações raciais no Brasil demonstrando as relações de poder que historicamente foram se materializando no país, onde passa a existir um embranquecimento das representações sociais. Como bem afirma,

Partimos do pressuposto de que a racialidade vem se constituindo, no contexto da modernidade ocidental, num dispositivo tal como essa noção é concebida por Foucault. Nesse sentido a racialidade é aqui compreendida como uma noção produtora de um campo ontológico, um campo epistemológico e um campo de poder conformando, portanto, saberes, poderes e modos de subjetivação cuja articulação institui um dispositivo de poder. (Carneiro, 2005. p. 56).

Disserta, ainda,

Tal como antecipado por meio da evocação de Pinho e Figueiredo, por meio dos quais se evidenciam os embates que envolvem contemporaneamente intelectuais brancos e negros no campo de produção acadêmica sobre as relações raciais ou dos estudos raciais, após longa produção sobre esses temas, na maior parte desse tempo histórico o negro esteve ausente como sujeito dessa reflexão. Essa extraordinária produção sobre esse objeto se deu ao mesmo tempo tomando-o como informante

desse domínio, porém sem o seu acolhimento como sujeito político e de conhecimento e, em muitos momentos, desqualificando a resistência negra pelo apelo à racialidade enquanto fator de subordinação e exclusão social, passível de ser mobilizada para a superação das diferenças raciais socialmente construídas. Essa negação reitera o caráter reificado que o negro adquiriu na sociedade e as relações de poder que estão imbricadas nesse processo de objetivação, ajustando-se à visão de Foucault, para quem: "O fundamental da análise é que saber e poder se implicam mutuamente, não há relação de poder sem constituição de um campo de saber, como também, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder. Todo ponto de exercício do poder é, ao mesmo tempo, um lugar de formação de saber". (Foucault, 1979, p. XXIII apud Carneiro, 2005, p. 57-58).

É a partir disto, que a autora mostra a existência de um *dispositivo de racialidade/biopoder*<sup>17</sup> que opera na sociedade brasileira e afeta a subjetividade desses indivíduos negros que foram privados do conhecimento do seu próprio ser e de sua real identidade, na medida em que se percebe, em tempo, o conceito de *epistemicídio*<sup>18</sup>, também resgatado por ela para se pensar como houve a instrumentalização do mundo acadêmico para reproduzir uma dominação no âmbito das relações raciais, já que através desta violência se perdurou a negação de outras formas de conhecimento que consideravam efetivamente a identidade negra e a produção realizada por essa comunidade.

Através deste conceito, retrata sobre como é possível servir-se do mesmo para estruturar o processo de "destituição da racionalidade, da cultura e civilização do Outro". (Carneiro, 2005, p. 96).

Acrescenta a esta afirmação que,

Para nós, porém, o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade

<sup>17</sup> este binômio regido pela autora é aplicado para interpretar as relações raciais e de poder que são colocadas na sociedade e, é citado por ela, como "um instrumento de produção e reprodução sistemática de hierarquias raciais e, mesmo produção e distribuição de vida e de morte". (Carneiro, 2005, p 94).

<sup>18</sup> O resgate de tais conceitos trazidos por Sueli Carneiro parte de uma tentativa ousada minha, tendo em vista a relação que ainda faço com a teoria do reconhecimento de Honneth (2009). Entretanto, retratar sobre o conceito de epistemicídio, por exemplo, surge não sob uma perspectiva de anulação e impedimento da luta por direitos - mesmo porque, a própria autora é uma das figuras mais representativas na militância do Movimento Negro brasileiro e reconhece de fato a insurgência e atuação deste movimento - mas apenas para demonstrar o quanto incide sobre a subjetividade dos indivíduos subjugados que ao enfrentar dificuldades de acesso ao conhecimento/educação e, principalmente do conhecimento de si e sobre si, acaba tendo a sua racionalidade afetada, deslegitimada e sequer reconhecida, muitas vezes. Assim, percebo que a conotação trazida ao conceito por Carneiro (2005), possui validade heurística para a análise feita neste trabalho.

cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento "legítimo" ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender etc. (Carneiro, 2005, p. 97).

Através desta afirmação, podemos perceber o quanto tais violências afetam as subjetividades de pessoas negras inseridas neste contexto social, pois, como retratou a autora, ocorre uma ferida de morte em direção à racionalidade de muitos desses indivíduos subjugados, destruindo e afetando suas capacidades cognitivas que, vão de encontro às suas próprias percepções acerca de si mesmos, corroborando também para o comprometimento de sua autoestima.

Impossível trazer essa discussão e não resgatar novamente o conceito de desrespeito colocado por Honneth (2009) que, segundo ele, há uma injustiça não apenas por infligir danos aos sujeitos que são submetidos a tais violências no plano de suas liberdades individuais, mas também por afetar a compreensão positiva que poderiam ter de si mesmas, que ferem drasticamente suas subjetividades. Os maus-tratos que podem ser trazidos aqui, para além de componentes físicos, afetam o sujeito em suas emoções e sentimentos, de forma a tirar-lhes a autoconfiança, fato este que além de privar e limitar o indivíduo em sua autonomia pessoal, dificulta a sua própria interação com o meio social em que está inserido, tendo em vista que isto interfere na legitimidade de sua participação de espaços coletivos com igual valor e em pé de igualdade.

Nisso se consolida a luta por reconhecimento que, a partir dessas experiências negativas, os sujeitos podem criar uma base motivacional para tomar atitudes que possam reverter este quadro, abrindo possibilidades de afirmação de suas identidades, do seu lugar de reconhecimento e, mais, de sujeitos portadores de direitos que possuem competência para construir saberes e conhecimentos diversos.

É neste sentido que Honneth (2009) afirma que o simples reconhecimento de direitos civis e políticos não são suficientes por si só para dar autonomia e total liberdade ao sujeito, mas sim de uma proteção que assegure de maneira efetiva a sua participação, algo que está para além do plano normativo e que se busca de maneira concreta e substancial, sendo este fato um dos catalisadores das ações promovidas pelo Movimento Negro historicamente.

Como bem coloca,

A institucionalização dos direitos civis de liberdade inaugurou como que um processo de inovação permanente, o qual iria gerar no mínimo duas novas classes de direitos subjetivos, porque se mostrou repetidas vezes na sequência histórica, sob a pressão de grupos desfavorecidos, que ainda não havia sido dada a todos os implicados a condição necessária para a participação igual num acordo racional: para poder agir como uma pessoa moralmente imputável, o indivíduo não precisa somente da proteção jurídica contra interferências em sua esfera de liberdade, mas também da possibilidade juridicamente assegurada de participação no processo público de formação da vontade, da qual ele faz uso, porém, somente quando lhe compete ao mesmo tempo um certo nível de vida. (Honneth, 2009, p. 193).

Aqui se baseia o pleito histórico dos movimentos negros, qual seja, a luta pelo reconhecimento de suas vidas como portadoras do mesmo nível de vida, como aqueles que também são portadores de conhecimento, de saberes e, principalmente, de dignidade. Conforme destaca Frantz Fanon (2008),

O homem só é humano na medida em que ele quer se impor a um outro homem, a fim de ser reconhecido. Enquanto ele não é efetivamente reconhecido pelo outro, é este outro que permanece o tema de sua ação. É deste outro, do reconhecimento por este outro que dependem seu valor e sua realidade humana. É neste outro que se condensa o sentido de sua vida." (Fanon, 2008, p. 180).

É desta forma que, ao refletir sobre o *"preto e o reconhecimento"*, Fanon descreve sobre o desejo do indivíduo negro ser reconhecido, na medida em que este outro que pode de fato colocar sobre ele o seu valor, perfazendo uma relação dialética nessas relações, em que deveria ocorrer esse reconhecimento recíproco, mas que ao negro, por muito lhe fora negado.

Como bem coloca,

É na medida em que ultrapasso meu ser imediato que apreendo o ser do outro como realidade natural e mais do que natural. Se fecho o circuito, se torno irrealizável o movimento nos dois sentidos, mantenho o outro no interior de si. Indo às últimas consequências, chego mesmo a lhe tomar este ser-para-si. (Fanon, 2008, p. 180).

Dessa forma, retrata sobre como a única forma de romper com este círculo que impede tal movimento recíproco de reconhecimento entre os sujeitos, é "restituir ao outro, através da mediação e do reconhecimento, sua realidade humana, diferente da realidade natural" (Fanon, 2008, p. 181). Dessa forma, coloca a importância do reconhecimento conferido pelo seu semelhante, na medida em que isso contribui para a expansão de sua consciência de si universal;

entretanto, não desassocia a ideia de reconhecimento da ideia de luta por reconhecimento, tendo em vista que ao partir de uma ação, esta evidencia uma reflexividade profunda do sujeito, partindo como mesmo afirma o autor, de uma consciência de si independente, mas que também se perfaz na reciprocidade das relações.

Quando Carneiro (2005), portanto, revela em sua tese como a construção deste não-ser é um fundamento para afirmar o ser, um ser branco, portador do conhecimento, da cultura, do desenvolvimento, do progresso e da civilização, se confirma a discussão que aqui trazemos, qual seja, aquela fundada na instituição de saberes em que se naturaliza para uns (brancos) a consciência de superioridade e para outros (negros) a consciência de inferioridade, bem como a possibilidade de ausência de reciprocidade do reconhecimento do *outro*, como também retratou Fanon (2008).

Ao problematizar, ainda, o papel da escola que historicamente excluiu o negro colocando-o como não merecedor de educabilidade, podemos refletir sobre a influência e reflexão desta nas subjetividades dos indivíduos negros que, sequer a princípio, tinham acesso total às instituições educacionais, sendo apenas inseridos aos poucos e com base em condições e limitantes que eram postos até mesmo para o seu reconhecimento enquanto cidadãos brasileiros.

Dessa forma, a falta de acesso à escola, que historicamente foi negada aos negros, reflete-se como manutenção desse epistemicídio e desse processo de não reconhecimento dos sujeitos, mas que, diante do processo de tomada de consciência de si por parte do indivíduo negro, a partir da sua presença em outros espaços coletivos (movimentos sociais, coletivos e, a exemplo neste trabalho, os NEABs), adquire consciência também dos seus direitos e amplia a possibilidade de quebrar tal ciclo vicioso de negação e invisibilização da sua existência e cultura.

Dessa forma, é fato que houve essa naturalização e internalização de determinados ideais e, como bem explicitou Carneiro (2005), paradigmas que impediam esses indivíduos de se enxergarem enquanto sujeitos, algo que afetou a sua percepção quanto a sua própria estética e, ainda, a sua possibilidade de acessar determinados lugares que foram situados historicamente como espaços de privilégios para determinados grupos, a exemplo próprio da universidade.

Diante de tais afirmações, cabe resgatar mais uma citação de Neusa Santos Souza (1983) que, ao refletir sobre o ser negro no Brasil, conclui seu livro "Tornar-se Negro" dizendo que

O negro brasileiro que ascende socialmente não nega uma presumível identidade negra. Enquanto negro, ele não possui uma identidade positiva, a qual possa afirmar ou negar. É que, no Brasil, nascer com a pele preta e/ou outros caracteres do tipo negroide e compartilhar de uma mesma história de desenraizamento, escravidão e discriminação racial, não organiza, por si só, uma identidade negra. Ser negro é, além disto, tomar consciência do processo ideológico que, através de um discurso mítico acerca de si, engendra uma estrutura de desconhecimento que o aprisiona numa imagem alienada, na qual se reconhece. Ser negro é tomar posse desta consciência e criar uma nova consciência que ressurgir o respeito às diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração. Assim, ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro. (Souza, 1983, p. 77).

Ou seja, assim como Touraine (2009), retrata-se a construção de uma subjetividade que não se reduz à uma cultura, ou ao meio social no qual o indivíduo está inserido. É antes, a possibilidade de pensar a identidade que lhe fora colocada, resistir perante esta e, então, construir a si mesmo a partir desta nova percepção. Tal circunstância permite uma construção de si, em oposição àquilo que é imposto socialmente.

Nesse momento, o ator social também pode surgir, tendo em vista que não são conceitos que se separam, já que a participação também faz parte deste processo de subjetivação. Por isso, defende-se a ideia de que a construção desse sujeito está conectada à ideia de direitos humanos, porque são neles que os indivíduos encontram sua libertação e a oportunidade de encontrar-se a si mesmos e, ainda, de se articular com movimentos sociais diversos, pois nisto haverá a legitimação deles.

Ou seja, mais uma vez reforça o fato de que o processo de subjetivação que torna o indivíduo sujeito e ator, leva-o a reconhecer-se, olhar para si e, a partir disto, iniciar um novo processo de transformação social; ao mesmo tempo que o coloca como resistência às estruturas sociais, para que não seja cooptado pelas mesmas.

Afirma, Touraine (2009), portanto que,

Não estamos mais atrelados à ideia de direito natural que prolongava uma tradição religiosa e que nos assegurava que nascemos e vivemos livre e iguais em termos de direitos. Derrubamos esta formulação para afirmar que, num entorno social desorganizado, ou, ao contrário, burocrático e autoritário, o indivíduo não pode construir-se, levar a bom termo sua individuação, a não ser reivindicando contra a ordem social sua legitimidade própria e, por consequência, julgando e avaliando uma situação em relação à sua própria demanda de individuação. Esta reviravolta é a mesma já formulada: não é a

relação com a situação que define o ator ou o indivíduo; é a liberdade criativa oferecida ou recusada a um indivíduo que melhor define uma situação. (Touraine, 2009, p. 130).

Assim, defende-se que os indivíduos e, neste caso, os negros têm o direito de serem sujeitos e atores e, ainda, que ao passarem por tal processo livre de subjetivação, encontram o direito de constituir-se e de se tornarem sujeitos pessoais sem isolar-se em si mesmos, opondo-se a um movimento de tipo narcísico. Tal consciência é o que estamos trazendo nesta pesquisa, sendo esta capaz de levar à novas transformações sociais, com base sobretudo em seus direitos, direitos esses de existirem ao seu modo, direitos à vida, ou seja, direitos que tem cunho estritamente cultural e de personalidade.

É com base, então, na construção e afirmação dessa identidade que, como bem retratou a autora Neusa Santos Souza, não é dada ao sujeito negro, que surge a hipótese central deste trabalho, qual seja, a de que a partir do contato com outros indivíduos e de espaços coletivos em que a pauta étnico-racial é o centro do debate- delimitada aos NEABs, que indivíduos negros reafirmam suas identidades, a partir da troca de experiências, de discussões e estudos sobre o ser negro no Brasil, fenômeno este identificado também por Alain Touraine. Composição esta que possui cunho político, na qual esses sujeitos que historicamente foram privados do conhecimento acerca de si, passam a ter a possibilidade de construir uma identidade própria, reconhecendo-se, afirmando-se e, acolhendo uns aos outros.

Tal análise será explorada de forma mais concreta no próximo capítulo, ao nos debruçarmos sobre dois núcleos acadêmicos nos quais a questão étnico-racial é o foco principal do debate, que são o NEABI UENF (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Estadual do Norte Fluminense) e, o PRO AFRO UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro).

A partir de um acompanhamento com tais grupos, foi possível identificar fatores que podem nos levar a tirar algumas - poucas - conclusões sobre esse processo constitutivo de subjetividades negras que, ao longo dos anos, têm tomado mais lugar em pautas públicas, nas mídias sociais e sendo alvo de debates intensos na academia.



## 4

## Núcleos de estudos afro-brasileiros: afirmação de identidades

Neste capítulo procurei firmar a discussão acerca do surgimento dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs) a partir de uma análise dos documentos institucionais e das legislações específicas que versam sobre a educação para as relações étnico-raciais, entendendo que este processo foi fruto do período de redemocratização já discutido neste trabalho e, principalmente, da atuação do Movimento Negro no pleito pelos seus direitos e na tentativa de implementação de políticas de ações afirmativas que efetivassem a sua inclusão e o seu reconhecimento social.

Necessário se torna, portanto, apresentar um olhar da trajetória desses espaços para entendermos que eles surgiram a partir de uma concertação social, tendo em vista a desigualdade histórica e sistemática a que os negros sempre estiveram submetidos e a tentativa de assimilação cultural imposta por uma política eugenista do Estado, como já vimos. Com isso, será possível entender o seu processo de constituição e pensar os seus reais objetivos, já que surgem de fato sob uma perspectiva de reparação histórica e de reconhecimento de direitos.

Dessa forma, conforme destaca Alex Ratts (2009), os NEABs surgem no contexto do movimento negro contemporâneo e vão se consolidando principalmente a partir dos anos de 1990, resultando num desdobramento do que o autor traz como o *movimento negro de base acadêmica*<sup>19</sup>. Nesse sentido, esses grupos surgem com a finalidade de trazer discussões e estudos afromreferenciados e organizados pela comunidade negra acadêmica desde os anos de 1970.

Como bem retrata,

Nos anos 1980 e 1990 foram criados Núcleos de Estudos Afrobrasileiros, com essa denominação ou correlata, voltados para o estudo do racismo e das relações raciais: CEAB/UCG (1983), NEAB/UFAL (1983), NEAB/UFMA (1985), NEN/UFSC (1986), PENESB/UFF (1995), NEAB UFSCar (1995), E NEAB/UDESC (1995). Estes núcleos, em sua maioria, foram fundados e dirigidos por docentes/pesquisadores(as)/ativistas negros(as). (Ratts, 2009, p. 6-7).

Percebe-se assim, que os NEABs tiveram como ponto em comum o surgimento no interior das universidades - em que se fomentaram encontros para

---

<sup>19</sup> Conforme expõe o autor, "Ele se caracteriza pela ação organizada de docentes e discentes, por vezes de técnicos administrativos, que se afirmam negros/as no espaço acadêmico e, na contemporaneidade, constituem grupos de atuação como os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs) e os Coletivos de Estudantes Negros, dentre outros" (Ratts, 2009).

promover diversas discussões, reflexões e como parte da formação dos seus integrantes. Partimos então, de uma das hipóteses que se volta para a compreensão de como o surgimento e a atuação dos NEABs cooperaram para a implementação das ações afirmativas nas universidades e para a construção de subjetividades dos sujeitos inseridos nesses espaços, tendo em vista que esses núcleos surgem neste contexto como reivindicação de espaços que antes eram pouco acessados pelos negros.

Ao pesquisar sobre os referidos núcleos, identifiquei através do sítio da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), a rede nacional de NEABs ou, o chamado Consórcio de NEABs, intitulado como Consórcio Nacional de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (CONNEABS), que surgem no mesmo contexto histórico no qual ocorre uma ampliação de acadêmicos oriundos do Movimento Negro que se formaram principalmente a partir da década de 80, como bem afirmou Ratts (2009).

Importante destacar que a ABPN, fundada em 2000, junto ao CONNEABS, surgem como estratégia do Movimento Negro para articular e construir uma rede de âmbito nacional para fomentar a produção, principalmente acadêmica/científica, de temas de interesses para a população negra, valorizando e ressaltando a importância de pensarmos sobre as relações raciais no Brasil.

Ao selecionar a região sudeste no intuito de mapear os NEABs inscritos no estado do Rio de Janeiro, foram identificados o total de 38 (núcleos inscritos em diversas universidades da região. Entretanto, decidi delimitar o estado do Rio de Janeiro, tendo em vista ser espaço no qual estão sediadas duas das primeiras universidades a implementarem as cotas raciais - considerada a mais contundente das políticas de ações afirmativas - fruto da Lei nº 3.708/2001 aprovada na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), quais sejam a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF).

Por este mesmo motivo, foram delimitados dois grupos existentes nessas universidades, já que além de possuírem as características destacadas por Ratts (2009), como núcleos constituídos de maneira orgânica por professores, discentes e técnicos administrativos das instituições, eles possuem articulações diversas com grupos extramuros da universidade, procurando efetivar o que propôs a Lei 10.639/03 que orienta uma ação afirmativa dentro desses espaços. Dessa forma, delimitou-se a presente pesquisa ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e

Indígenas (NEABI) - UENF e, ainda, o Programa de Estudos e Debates dos povos Africanos e Afro-Americanos (PROAFRO) - UERJ<sup>20</sup>.

Através da observação participante em que houve acompanhamento dos núcleos delimitados através de grupos de *whatsapp* e reuniões online e presenciais, bem como através de conversas livres com coordenadores e outros integrantes dos núcleos, pude observar alguns pontos importantes levantados nesta pesquisa, que se voltam principalmente para o fomento e a continuidade na construção de subjetividades negras a partir desses espaços de trocas de experiências e debates centrados nas relações étnico-raciais no Brasil, que serão apresentados mais à frente neste trabalho.

#### 4.1.

#### Contexto de surgimento dos NEABs

A década de 2000 foi um marco na implementação de ações afirmativas, através de diversas leis que foram promulgadas, abrindo espaço para ações antirracistas e de reconhecimento dos movimentos afrorreferenciados. Dentre essas leis estão a Lei 10.639/03, assinada pelo Presidente Lula, que alterou a Lei 9.394/96 e estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir o estudo da “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo escolar, fato este que surge como marco para o reconhecimento da importância do combate ao racismo e qualquer forma de discriminação que passa a fazer parte da agenda política brasileira.

Ainda nesse contexto, vale dizer, ocorreu um movimento relevante que nitidamente se refletiu na agenda política brasileira, tendo em vista diversas iniciativas do governo. Além da Lei 10.639/03, em 2003 também foi criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (SEPPIR), que mais uma vez evidencia a importância das reivindicações históricas do Movimento Negro que, neste momento, passam a gerar frutos; esse processo, reflete ainda no quanto são importantes as mobilizações coletivas para o reconhecimento dos direitos na esfera pública.

---

<sup>20</sup> Importante destacar que no âmbito da UERJ, existem dois grupos, o NEAB UERJ, coordenado pela profa. Maria Alice Rezende Gonçalves e o PROAFRO, coordenado pela profa. Ana Paula Procópio. Apesar de não ser intitulado como NEAB, a escolha do PROAFRO se deu por perceber que o funcionamento deste mais se enquadrava no perfil destacado por Ratts (2009), como será evidenciado neste capítulo, podendo ser identificado como um grupo correlato ao NEAB e, portanto, passível de análise nesta pesquisa.

Tal promulgação cooperou para o processo de implementação dos NEABs que surgem justamente no intuito de minimizar as desigualdades estruturais que por muito tempo caracterizou as universidades brasileiras, carecendo de fato de uma ação afirmativa para trazer as bases da construção de uma universidade mais plural, distanciada de qualquer forma de discriminação. Dessa forma, ao incentivar a inclusão do estudo desta parcela da população - afro-brasileiros - até então posta à margem da sociedade e enxergada muitas vezes de forma pejorativa, tal lei corrobora para um processo de reforma curricular e, conseqüentemente, para o processo de construção de espaços mais democráticos e diversos no seio das universidades, bem como para o processo de afirmação de identidades, já que estas passam a ser valorizadas e reconhecidas formalmente.

Em 2004, o Ministério da Educação (MEC) emite o Parecer CNE/CP nº 03, de 10 de março, no qual reconhece os NEABs como agente de promoção para o combate das desigualdades raciais ao estipular diversas medidas que os envolvem.

Para tanto, os sistemas de ensino e os estabelecimentos de Educação Básica, nos níveis de Educação Infantil, Educação Fundamental, Educação Média, Educação de Jovens e Adultos, Educação Superior, precisarão providenciar:

- Registro da história não contada dos negros brasileiros, tais como em remanescentes de quilombos, comunidades e territórios negros urbanos e rurais.
- Apoio sistemático aos professores para elaboração de planos, projetos, seleção de conteúdos e métodos de ensino, cujo foco seja História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e a Educação das Relações Étnico-Raciais.
- Mapeamento e divulgação de experiências pedagógicas de escolas, estabelecimentos de ensino superior, secretarias de educação, assim como levantamento das principais dúvidas e dificuldades dos professores em relação ao trabalho com a questão racial na escola e encaminhamento de medidas para resolvê-las, feitos pela administração dos sistemas de ensino e por Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros.
- Articulação entre os sistemas de ensino, estabelecimentos de ensino superior, centros de pesquisa, Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, escolas, comunidade e movimentos sociais, visando à formação de professores para a diversidade étnico-racial.
- Identificação, com o apoio dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, de fontes de conhecimentos de origem africana, a fim de selecionarem-se conteúdos e procedimentos de ensino e de aprendizagens;
- Divulgação, pelos sistemas de ensino e mantenedoras, com o apoio dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, de uma bibliografia afro-brasileira e de outros materiais como mapas da diáspora, da África, de quilombos brasileiros, fotografias de territórios negros urbanos e rurais, reprodução de obras de arte afro-brasileira e africana a serem distribuídos nas escolas da rede, com vistas à formação de professores e alunos para o combate à discriminação e ao racismo. (Brasil, 2004).

Em 2004, o MEC também emite uma Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho, trazendo novamente os NEABs e prevendo a articulação das instituições de ensino com estes espaços como forma de fomento à educação das relações raciais no Brasil:

Art. 4º Os sistemas e os estabelecimentos de ensino poderão estabelecer canais de comunicação com grupos do Movimento Negro, grupos culturais negros, instituições formadoras de professores, núcleos de estudos e pesquisas, como os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, com a finalidade de buscar subsídios e trocar experiências para planos institucionais, planos pedagógicos e projetos de ensino. (Brasil, 2004).

Perceptível, assim, que os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros surgem a partir dessa resolução como instituto de fomento à promoção das ações afirmativas no interior das instituições educacionais, servindo sempre como apoio e sujeito central para que haja de fato uma inclusão e valorização crescente de estudos voltados para as relações étnico-raciais nas instituições de ensino. Importa ressaltar que tal dinâmica, apesar do seu reconhecimento formal nessas legislações, já ocorria no interior das universidades, tendo em vista a presença constante do Movimento Negro no pleito pela educação e pelo reconhecimento de sua história que, frise-se, tinha a presença de diversos professores e autores ativistas negros.

Posteriormente, em 2008, também surge a Lei 11.645/08, a qual reforça a lei anterior com o fim de fomentar o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e assim, criar bases para que nos anos seguintes fosse promulgada a Lei Federal nº 12.711/2012, que prevê as cotas raciais nas universidades federais, fato este que surge como marco para o reconhecimento dos direitos dos negros com uma efetiva previsão legal.

Os NEABs emergem com atribuições de apoio ao processo de implementação às Leis citadas anteriormente. Apresentam-se como ações afirmativas que têm como objetivo a valorização da identidade, memória e cultura das consideradas “minorias” (no caso dos NEABs, as minorias afro-brasileiras e indígenas), reivindicadas historicamente pelos movimentos afroreferenciados, os quais se organizam para lutar por igualdade de reconhecimento, por mais democracia, para que suas diferenças sejam aceitas. (Dias, 2020, p. 58).

Em 2009, o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, entendem que os NEABs, bem como outros grupos correlatos, possuem a importante função de contribuir para a construção e efetivação da política pública de ação afirmativa, sendo parte fundamental para

este processo. Dessa forma, dispõe como atribuição e principais ações desses grupos,

- a) Colaborar com a Formação Inicial e Continuada de Professores e graduandos em educação das relações Etnicorraciais e ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, de acordo com o disposto na Resolução CNE/CP 01/2004 e no Parecer CNE/CP no 03/2004, e da Lei 11645/08, quando couber.
- b) Elaborar Material Didático específico para uso em sala de aula, sobre Educação das relações Etnicorraciais e história e cultura afro-brasileira e africana que atenda ao disposto na Resolução CNE/CP 01/2004 e no Parecer CNE/CP no 03/2004.
- c) Mobilizar recursos para a implementação da temática de modo a atender às necessidades de formação continuada de professores e produção de material didático das Secretarias municipais e estaduais de educação ou/e pesquisas relacionadas ao desenvolvimento de tecnologias de educação que atendam à temática;
- d) Divulgar e disponibilizar estudos, pesquisas, materiais didáticos e atividades de formação continuada aos órgãos de comunicação dos Sistemas de Educação;
- e) Manter permanente diálogo com os Fóruns de Educação e Diversidade Etnicorracial, os Sistemas de Educação, Conselhos de Educação, sociedade civil e todos as instancias e entidades que necessitem de ajuda especializada na temática;
- f) Atender e orientar as Secretarias de Educação quanto às abordagens na temática das relações etnicorraciais, auxiliando na construção de metodologias de pesquisa que contribuam para a implementação e monitoramento das Leis 10639/2003 e 11645/08, quando couber; (Brasil, 2009, p. 42).<sup>21</sup>

Nesse sentido, percebe-se que os NEABs têm como âmbito principal de atuação as escolas e as universidades, ou seja, possuem uma relação intrínseca com a educação e com ações pedagógicas. É a partir desta percepção que surge a proposta deste trabalho de delimitá-los como objeto importante de estudo para se pensar a construção e afirmação de identidades negras, tendo em vista que estes grupos fomentam práticas pedagógicas diversas no intuito de levar os sujeitos componentes a refletir não apenas sobre si, mas sobre o contexto social brasileiro marcado pelo racismo e pelas desigualdades raciais.

Diante desse movimento ao qual os NEABs fazem parte, qual seja, o de reconhecimento dessas identidades, bem como de valorização da cultura africana e afro-brasileira, ressalta-se a proposta de somar a uma luta antirracista que possui cunho histórico diante do pleito do Movimento Negro com foco em atenuar

---

<sup>21</sup> BRASIL. Ministério da Educação. **Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações etnicorracial e para o ensino de história e cultura afrobrasileira e africana**. Brasília: MEC/SECAD, 2009. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=10206-15-plano-nacional-de-implementacao-das-diretrizes-curriculares-nacionais-para-educacaodasrelac&category\\_slug=marco-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10206-15-plano-nacional-de-implementacao-das-diretrizes-curriculares-nacionais-para-educacaodasrelac&category_slug=marco-2012-pdf&Itemid=30192) Acesso em: 20 jun. 2023.

as desigualdades geradas pelo racismo. Tal fato influencia diretamente, como será destacado neste trabalho, no sentimento de pertencimento ao grupo e de reconhecimento de identidade, tanto por traços físicos, como por outros aspectos sociais e culturais, tendo em vista a dinâmica pela qual fluem os grupos.

#### 4.1.1.

#### **Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) - UENF**

Conforme destacado neste trabalho, um dos grupos delimitados para a pesquisa empírica foi o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Tal escolha se deu pelo fato de ter sido uma das pioneiras na implementação de ações afirmativas, em destaque as cotas raciais. O referido núcleo possui, atualmente, 11 anos, tendo sido criado no dia 21 de maio de 2012, inserido no Laboratório de Estudos de Educação e Linguagem (LEEL), no Centro de Ciências do Homem (CCH) da UENF.

De acordo com Reis e Cezar (2022),

O NEABI/UENF começou a ser construído a partir do encerramento do Fórum de Educação Afirmativa Sankofa articulado à exposição "África-Brasil, O Legado de Abdias Nascimento" (12/03 a 27/04), cujo conteúdo deu suporte às atividades da Oficina Matriz Africana e Ação Educativa (12 a 14/03). Este grandioso evento aconteceu em 2012 no Centro de Convenções da UENF e foi resultado da parceria do IPEAFRO com esta universidade e a Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, RJ. (Reis; Cezar, 2022, p. 20).

Ressaltam, ainda, as autoras, que logo após a sua criação, o NEABI UENF passou a integrar o CONNEABS. Dessa forma, foi possível promover por todos esses anos eventos e demais atividades que centralizaram a questão étnico-racial, bem como a valorização da história e cultura afro-brasileira e indígena<sup>22</sup>; tal movimento do referido núcleo se mostra em total conformidade com o estabelecido pelas leis e regulamentos citados anteriormente que evidenciam o NEAB como forte instrumento de fomento em favor das desigualdades raciais nas instituições educacionais.

Atualmente, o NEABI UENF é coordenado pela Profa. Dra. Maria Clareth Gonçalves Reis e vice coordenado pela Profa. Dra. Lilian Sagio Cezar, possuindo

---

<sup>22</sup> Um ponto importante e que merece destaque é que, como será visto posteriormente nas conversas realizadas com os integrantes e coordenadora, o NEABI UENF inseriu a vogal "I" no intuito de promover a valorização da cultura indígena, apesar de não existirem componentes indígenas no grupo, mas sempre atentos à essa demanda, trouxeram em seus eventos representantes dessa parte tão importante da cultura brasileira.

também a presença de discentes extensionistas de outras unidades da universidade. Uma informação importante a ser colocada é que a vice-coordenadora é uma mulher branca, motivo este que nos leva a refletir sobre a importância da diversidade também nesse quesito que, apesar de não ser aprofundado neste trabalho, têm sido alvo de muitas discussões atuais por entendermos que a luta antirracista não se faz e nunca se fez apenas com pessoas negras, mas sempre tiveram pessoas brancas como fortes aliados na sua luta e reivindicação de direitos.

Para celebrar os 10 anos de existência, o NEABI UENF publicou o dossiê intitulado "DEZ ANOS DO NEABI DA UENF: Produção de conhecimentos e outras possibilidades no combate ao racismo estrutural", que faz uma historicidade do núcleo e evidencia suas principais atividades e realizações. Durante esses 10 anos, portanto, cabe ressaltar, foram realizados eventos que procuraram discutir temas relevantes para a sociedade acadêmica, como políticas públicas afirmativas, racismo, desigualdades raciais e, frise-se, o diferencial de também sempre trazer representantes da questão indígena.

A relação de eventos é apresentada conforme a Tabela 1, a seguir.

Tabela 1 – Eventos Anuais do NEABI UENF

<b>Evento</b>	<b>Tema</b>
I Aniversário do NEABI (2013)	Em debate - 10 anos de políticas de ações afirmativas no ensino superior: avanços e desafios
II Aniversário do NEABI (2014)	Relações Raciais no Brasil - Entre ações e tensões
III Aniversário do NEABI (2015)	Homenagem a Mestra Noinha (Geneci Maria da Penha)
IV Aniversário do NEABI (2016)	I Jornada Regional de Arte e Cultura na Educação: Desafios e possibilidades do ensino da história, cultura e arte africana, afro-brasileira e indígena na escola
V Aniversário do NEABI (2017)	Conquistas em Ameaças: Entre tensões, lutas e resistência
VI Aniversário do NEABI (2018)	Pedagogias Libertadoras no Combate às Hierarquias Raciais: Da educação básica ao ensino superior
VII Aniversário do NEABI (2019)	Ubuntu: Todos juntos por uma educação antirracista



VIII Aniversário do NEABI (2020)	Educação, Racismo e Pandemia: O contexto da população negra e povos indígenas no Brasil
IX Aniversário do NEABI (2021)	10 Anos da Lei de Cotas nas Universidades Federais: Direito e equidade no acesso e permanência no ensino superior
X Aniversário do NEABI (2022)	Dossiê: 10 Anos do NEABI da UENF: Produção de conhecimentos e outras possibilidades no combate ao racismo estrutural

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Os eventos supramencionados foram pensados de forma a considerar os acontecimentos mais importantes que permeavam a esfera pública, sempre procurando estar a parte dos acontecimentos e trazendo discussões que levassem os participantes a pensar sobre o contexto de nossa sociedade. Ademais, cabe ressaltar ainda, que a articulação e preocupação do grupo com questões regionais e da própria cidade em que se situa também sempre se fez presente, a exemplo disso temos a homenagem feita a Mestra Noinha (Geneci Maria da Penha) que foi integrante do NEABI e tem seu jongo reconhecido como patrimônio imaterial de Campos (Reis; Cezar, 2022).

Para além disso, também promoveu ações que mobilizaram o grupo para questões relativas à cidade, a exemplo da arrecadação de cestas básicas que foram realizadas no início da pandemia para um bairro periférico da cidade de Campos dos Goytacazes. Outro ponto importante de se destacar, é o fato de se articular e ter parcerias com outras instituições da cidade, como o Instituto Federal Fluminense (IFF); Instituto Superior de Educação Professor Aldo Mulyaert (ISEPAM); a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Campos e outras universidades sediadas em outras cidades.

Assim, a partir de reuniões periódicas em que se discutem possibilidades de atuação dentro e fora da cidade, bem como grupo de estudos, diversas pesquisas são realizadas e tais conhecimentos reverberam nas disciplinas, principalmente, dos cursos de Licenciatura da UENF. Diante disso, podemos perceber que o NEABI UENF, tem nitidamente procurado adequar-se ao cumprimento do que prevê a legislação, como já dito, atribui a tal núcleo a prerrogativa de promover e ampliar as diversas ações afirmativas e dialogar com outras instituições acerca do racismo e das desigualdades raciais no Brasil, exercendo essa função para além dos muros da UENF, o que consequentemente

catalisa o seu alcance e insurge com um viés estritamente pedagógico para a sociedade, despertando interesses nos estudantes e cidadãos locais que, a partir desse conhecimento podem passar a se interessar pela temática racial, ou seja, há o cumprimento da socialização de saberes emancipatórios que envolvem as relações raciais no Brasil.

Entretanto, apesar de todas essas realizações, importa trazer o fato de que como foi identificado na pesquisa de campo e, será discutido mais à frente, o núcleo de estudos em questão ainda sofre com o manto da invisibilidade, principalmente no seio acadêmico. Tal fato se dá, como bem destacado pela professora e coordenadora Clareth Reis em uma das conversas em campo, pelo racismo estrutural e institucional que, frise-se, todos - inclusive o NEABI UENF - estamos sujeitos.

#### **4.1.2.**

#### **Programa de Estudos e Debates dos Povos Africanos e Afro-americanos (PROAFRO) - UERJ**

O Programa de Estudos e Debates dos Povos Africanos e Afro-americanos (PROAFRO) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), foi outro grupo delimitado neste trabalho para analisarmos e entendermos a construção de subjetividades negras nos espaços acadêmicos e toda a dinâmica que perpassa tal processo. Como já destacado, o principal motivo da escolha foi o de que a UERJ se apresenta como uma das universidades pioneiras a implementar as políticas de ação afirmativa, incidindo bastante na possibilidade de inclusão de estudantes negros na universidade.

Essa política não surgiu do acaso, tendo sido fruto da Lei Estadual de nº 4.151 (2003), que passou a estabelecer a obrigatoriedade de reserva de vagas para estudantes negros, oriundos de escolas públicas, bem como de estudantes com deficiência. Esse fato nos leva a pensar sobre as diversas possibilidades de desenvolvimento do espaço delimitado, a partir da efetivação da referida política, para alcançar o status de uma universidade diversa, em que se permitem outras ações de cunho afirmativo, como a própria implementação e ampliação de um Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB).

Entretanto, é importante destacar que o referido núcleo, PROAFRO, não surge a partir da implementação da Lei de Cotas, da esfera estadual, em 2003, caso bastante curioso e que merece destaque. Assim, o PROAFRO surge em

1993, por iniciativa do Prof. Dr. José Flávio Pessoa de Barros, com o intuito de promover estudos voltados para a questão étnico-racial, realizar atividades de extensão universitária e socializar pesquisas que se voltem para o tema da história dos povos africanos e afro-americanos, bem como sobre a promoção de políticas públicas de ação afirmativa voltadas para raça e gênero.

Esse fato nos leva a pensar ainda sobre a possibilidade de que, com a existência do PROAFRO que surge antes mesmo da própria formalização das cotas que, na UERJ, datam do ano de 2003, ações afirmativas já aconteciam neste âmbito acadêmico, tendo em vista que já atuava sob uma perspectiva inclusiva que visava a promoção da igualdade racial, tornando o espaço propício para a realização de debates e discussões voltadas para a questão étnico-racial. Ressalte-se que tal iniciativa, conforme destacou a atual coordenadora do núcleo profa. Ana Paula Procópio, sempre esteve alinhada com o Movimento Negro e com os coletivos negros, pois na época, já havia uma organização do coletivo de professores negros da UERJ.

Assim, tal grupo

Há mais de 20 anos produz e difunde conhecimentos em cultura, relações étnico-raciais e políticas públicas. Nesse sentido, cumpre sua missão acadêmica e social desenvolvendo ações de formação continuada para docentes, discentes, gestores, técnicos e ativistas dos movimentos sociais (com ênfase no Movimento Negro e de Mulheres Negras) sobre temas de interesse público especialmente os processos de resistência negra e as políticas públicas de promoção da igualdade racial e de combate ao racismo no Brasil e nos EUA. (Silva, c2020.)<sup>23</sup>

Dessa forma, esse núcleo de estudos se posiciona no sentido de promover uma educação das relações raciais e as suas diversas nuances que permeiam as relações sociais no Brasil, em uma articulação constante com diversos institutos nacionais, coletivos e demais grupos que possuem o mesmo propósito e missão, quais sejam, o de democratizar o acesso ao ensino superior através das diversas atividades que promovem de cunho afirmativo, legitimando a presença de estudantes negros nas universidades. Importa, entretanto, ressaltar que, para além do PROAFRO UERJ, existe o NEAB UERJ, coordenado pela profa. Maria Alice Rezende Gonçalves, da Faculdade de Educação da UERJ; apesar de ser intitulado como NEAB, a escolha do PROAFRO se deu por este não se restringir,

---

<sup>23</sup> SILVA, Ana Paula Procópio da (coord.). Quem somos. **PROAFRO UERJ**. Rio de Janeiro, c2020. Disponível em: <http://neab-proafro.blogspot.com/p/quem-somos.html>. Acesso em: 20 jun. 2023.

no momento, enquanto um grupo de estudos, mas demonstrar uma maior dinamicidade em suas ações e atividades.<sup>24</sup>

Importa dizer, ainda, que o PROAFRO congrega para além de estudantes da universidade oriundos de diversas unidades, docentes pesquisadores; pesquisadores associados, tanto de universidades nacionais quanto internacionais; operadores de políticas públicas e, militantes antirracistas do Movimento Negro e de mulheres negras que compõem outros movimentos sociais. Atualmente, o núcleo é coordenado pela Profa. Dra. Ana Paula Procópio e vice coordenado pela Profa. Dra. Aline B. de Paula. e, possui três alunas extensionistas.

Seus estudos estão voltados para os seguintes temas: Ações afirmativas; lei 10.639/2003 e 11.645/2008; saúde da população negra; relações étnico-raciais: raça, racismo, preconceito e discriminação; diáspora africana, identidade e alteridade: estudos sobre colonialismo e pós-colonialismo; gênero, raça e sexualidade; movimentos sociais negros; feminismos e feminismos negros; serviço social e questão étnico-racial; legislações antirracistas e antissextistas e, direitos humanos e questão étnico-racial.<sup>25</sup> Ressalta-se, em tempo, outras atividades que o PROAFRO se faz presente e mantém articulação, como o "UERJ sem muros"; "Cineafro UERJ" e, ainda, demais eventos que envolvam principalmente a pauta étnico-racial, como congressos, conferências e o evento "21 dias de ativismo contra o racismo".

Isso demonstra a resistência do núcleo que, por anos, manteve-se atuante frente a diversas tentativas de silenciamento e invisibilização, tendo em vista que um de seus maiores desafios se faz também no seio da própria universidade, havendo o reconhecimento pela coordenação do grupo de que o racismo e suas diversas nuances, infelizmente é inevitável e não está apartado dessa realidade. Dessa forma, as ações permanecem, as articulações acontecem, o acolhimento entre o grupo se desenvolve e, assim se forma e prossegue um núcleo onde o empoderamento e a afirmação dessas identidades se firmam cada vez mais, levando a conquista ainda mais sólida deste e de outros espaços dentro da universidade.

---

<sup>24</sup> Não se pretende afirmar que o NEAB UERJ se volta apenas para uma atividade de pesquisa, pelo contrário. Apesar de reconhecer que possam existir outras articulações e atividades que envolvam o grupo, para os fins desta pesquisa empírica o PROAFRO se mostrou mais adequado, devido a sua trajetória que se inicia na década de 90.

<sup>25</sup> Tais informações foram colhidas a partir do site do programa. Referência: SILVA, Ana Paula Procópio da (coord.). **PROAFRO UERJ**. Rio de Janeiro, c2023. Disponível em: <http://neab-proafro.blogspot.com/p/bibliografia.html>. Acesso em: 20 jun. 2023

#### 4.2.

### **Os NEABs e as relações étnico-raciais: a construção de subjetividades negras e afirmação de identidades**

Este tópico foi pensado a partir da pesquisa de campo, que foi realizada sob o método de observação participante dos grupos delimitados neste trabalho, quais sejam, o NEABI UENF e o PROAFRO UERJ. Tal método se desdobrou através do acompanhamento dos grupos de *whatsapp* dos referidos núcleos, aos quais fui incluído após uma solicitação realizada diretamente com as coordenadoras, como também em encontros mensais que se deram tanto por via online através da plataforma Google Meet como presenciais, nas respectivas universidades.

Dessa forma, realizei o acompanhamento dos núcleos de pesquisa, bem atento aos desdobramentos, articulações e falas dos componentes. Com o tempo, conforme participava dos encontros, tive a oportunidade de registrar alguns relatos que se deram nas reuniões bem como através de conversas livres com os participantes dos núcleos, que revelaram algumas experiências no decorrer de todo este tempo em que participam do grupo, surgindo questões extremamente relevantes para refletir na presente pesquisa.

Importa ressaltar, que ambos os grupos foram afetados pelo contexto pandêmico, causado pelo COVID-19, tendo ocorrido algumas alterações nos seus encontros, motivo este que levou com que os encontros ocorressem em sua maioria por via online, até meados do ano de 2022. Assim, apenas a partir de janeiro de 2023 é que, efetivamente, os grupos demonstraram conseguir se organizar para manter as reuniões por via presencial, fato este que alterou significativamente a dinâmica do grupo, tornando possível fomentar novas ações, articulações, bem como alinhar as expectativas dos componentes quanto aos futuros projetos que se dariam a partir do próprio núcleo; ademais, no que se refere ao engajamento, percebeu-se que a dinâmica presencial favorece a troca de experiências entre os sujeitos, bem como o acolhimento e os afetos, que se mostraram cruciais para a manutenção do grupo, tendo em vista afetar diretamente a subjetividade desses sujeitos, fato este que se mostrará mais adiante.

Vale dizer, que as pessoas com quem tive a oportunidade de conversar e que tive qualquer tipo de contato, possibilitando trocas e informações acerca do campo de pesquisa, não terão seus nomes divulgados. Importa destacar também,

que os respectivos relatos os quais trago como referência neste trabalho não abrangem a totalidade da realidade observada, tendo em vista a existência de diversas narrativas que podem divergir e se mostrarem plurais quando se trata do tema, cabendo por tal fato em evidência para que não ocorram equívocos nas interpretações e, ao mesmo tempo, seja possível imprimir o valor científico dessa pesquisa diante das insurgências que busco viabilizar.

Sendo assim, consegui obter trocas através de conversas livres com os seguintes componentes do NEABI UENF: a coordenadora titular, que ressaltou o fato de ter uma vice-coordenadora<sup>26</sup> sempre ao seu lado, fomentando um trabalho estritamente de cunho coletivo e mais dois integrantes ativos do grupo, sendo um deles o/a atual secretário/a. No PROAFRO UERJ, foi possível realizar conversas com a coordenadora e coordenadora adjunta do grupo, bem como com duas integrantes ativas que, inclusive, são bolsistas.

Como característica do grupo, vale ressaltar, pude observar durante os acompanhamentos dos encontros presenciais e online, que ambos são compostos por uma maioria que nitidamente se autodeclara negra, havendo poucos sujeitos brancos e, ainda, por uma maioria de integrantes mulheres, havendo um quantitativo baixo de homens, sejam brancos ou negros. Destarte, importa dizer que tais informações coloco com base apenas na minha observação, não tendo ocorrido qualquer tipo de formulário para evidenciar a autodeclaração de cada integrante, seja quanto a sua raça/cor, seja quanto ao seu gênero.

O período de pesquisa em campo foi iniciado no ano de 2022, tendo acompanhado o NEABI UENF a partir de maio do ano de 2022, de forma online através do grupo de *whatsapp* e encontros online que se deram posteriormente; e o PROAFRO UERJ a partir de dezembro de 2022 através do grupo de *whatsapp*. No que tange à pesquisa de campo presencial, realizei visitas mensais ao NEABI UENF de janeiro de 2023, até maio de 2023 e, no PROAFRO UERJ, realizei visitas quinzenais, que também se iniciaram em março de 2023 até junho de 2023, formando um período possível, apesar de breve, de se chegar a algumas conclusões.

Após esse longo período de observação e acompanhamento dos referidos núcleos, busquei reunir informações e estruturá-las de forma que fosse possível chegar a uma resposta plausível para a pergunta central desta pesquisa, qual seja,

---

<sup>26</sup> Vale dizer, que a vice-coordenadora do NEABI UENF se autodeclara como mulher branca. Importa dizer, na medida que historicamente percebemos a presença de pessoas brancas que somam na luta antirracista e, assim, cooperam na promoção de espaços como os NEABs que possuem cunho afirmativo e de resgate da cultura afro-brasileira e africana, revelando a importância de qualquer sujeito (independente de raça e gênero) na luta por este reconhecimento.

"Em que medida os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros contribuem na construção de subjetividades negras dos sujeitos que compõem esse espaço?". Tal análise contribuiu para que pudesse refletir e pensar na criação desses núcleos, seu processo de implementação e suas diversas ações de cunho afirmativo, insurgindo inclusive como uma ponte de acesso e permanência para estudantes negros da universidade.

#### **4.2.1.**

##### **Análise de campo: observações e diálogos com coordenadores/as e integrantes**

Como já mencionado, a pesquisa de campo do presente trabalho se deu no âmbito do NEABI UENF e do PROAFRO UERJ. Apesar de possuírem dinâmicas e ações diversas e, ainda, do PROAFRO UERJ não ser denominado NEAB, considero que são correlatos e, portanto, passíveis de ser realizada uma análise de suas trajetórias, articulações e experiências dos seus integrantes, por assim tratarem de temáticas semelhantes, para que se chegue a interpretações plausíveis.

Durante meu acompanhamento, procurei estar atento aos seguintes pontos para direcionar minha análise que, frise-se, se deu por meio de conversas livres com os participantes e observações dos grupos, sendo eles: 1) como se deu a chegada dos membros aos referidos núcleos; 2) a dinâmica dos grupos (possíveis ações desenvolvidas; articulações com movimentos sociais e/ou instituições; atividades desenvolvidas, etc.); 3) percepção dos sujeitos quanto às contribuições do grupo e a influência do mesmo sobre sua identidade e consciência racial; 4) a principal característica do grupo, segundo a percepção dos integrantes.

Sendo assim, considerando o primeiro ponto, no que se refere a forma de vinculação dos membros aos núcleos, ficou evidente que muitos chegaram por meio da própria universidade; seja a partir da divulgação dos núcleos pelos professores envolvidos e até pelos/as coordenadores/as que buscavam voluntários e/ou bolsistas para projetos a serem desenvolvidos (que é o caso apenas do PROAFRO que possui projetos aprovados, permitindo a inserção de estudantes bolsistas), seja pela participação de eventos promovidos pelos núcleos no seio da universidade. De qualquer forma, percebe-se que a maioria dos integrantes são estudantes de algum curso da universidade, motivo este que

facilita a manutenção do vínculo; no que se refere aos/às coordenadores/as, alguns, como no caso do PROAFRO, foram estudantes da universidade e se envolveram com o núcleo já na época da graduação, como pesquisadores voluntários e continuaram o percurso, tornando-se posteriormente professores efetivos da universidade e ocupando o espaço na coordenação. O outro, como no caso do NEABI UENF, se deu justamente pela chegada na universidade enquanto professores e, por ter afinidade com o tema relacionado às relações étnico-raciais, fizeram parte da constituição do núcleo que, como já dito, se iniciou no ano de 2012.

Pude observar, ainda, que ambos os núcleos têm expressiva visibilidade nas universidades de forma geral e um dos fatores que fomentam tal situação, é o caso das próprias coordenadoras estabelecerem um diálogo com seus alunos dos cursos de graduação e pós-graduação através das disciplinas que lecionam, bem como pelos eventos que promovem, fato este que também chama a atenção dos alunos para se chegarem aos núcleos pelo interesse com a temática. Vale ressaltar também, que existem pesquisadores de fora da universidade como voluntários que contribuem nas tarefas, principalmente em eventos; em determinada conversa com uma das coordenadoras<sup>27</sup>, ela relatou sua percepção de que todos chegam por "amor à causa", bem como por questões políticas e ideológicas, por se identificarem com o tema de estudos que promovem.

Seguindo para o segundo ponto de análise, em que busquei identificar as atividades principais desenvolvidas pelos núcleos para entender melhor suas dinâmicas, percebe-se que ambos têm uma semelhança em seu foco principal, qual seja, aquele voltado para a formação dos sujeitos que ocupam estes espaços. Ambos desenvolvem rodas de conversas em que são debatidos diversos temas que têm como centralidade a discussão sobre as relações étnico-raciais; eventos de comemoração anuais, como eventos de datas representativas para o Movimento Negro, que além de trazer visibilidade para a comunidade acadêmica, evidencia uma forte articulação com órgãos do setor público e outras instituições extramuros da universidade, bem como com representantes de movimentos sociais que por muitas vezes também fazem parte de palestras e, estudos dirigidos, que trazem referências de autores negros, sejam nacionais, sejam internacionais, levando a discussão e reflexão sobre o tema sob diversas perspectivas; cursos de formação que promovem, a exemplo do desenvolvido pelo

---

<sup>27</sup> Conversa informal realizada no dia 22 de maio de 2023. Neste caso, se deu por via online, através da plataforma Google Meet, tendo a coordenadora se disponibilizado a realizar tal troca comigo. Ressalto que foram conversas livres de trocas de experiências com os integrantes.



PROAFRO que tinha como centralidade o estudo sobre a obra do autor e sociólogo negro Clóvis Moura.

Importante trazer também um ponto importante observado no NEABI UENF, que teve como uma de suas ações principais e recentes a criação do curso de heteroidentificação, promovido pelo referido núcleo e seus integrantes, sendo inclusive a primeira universidade a implantar e oferecer esse curso em sua forma na região Noroeste Fluminense, segundo relato da coordenadora. Tal dado se revela importante, na medida em que transita por questões complexas que envolvem a declaração racial de indivíduos e que, conseqüentemente, tem relação com as subjetividades deles; dessa forma, relatou a coordenadora ser uma constante dificuldade, por se tratar de fato de um tema complexo, mas garantiu ao mesmo tempo que possuem um norte muito bem delimitado, qual seja, o de "garantir o acesso de pessoas negras ao ensino superior a partir do fenótipo" e com isso, afirmou ainda ser adepta ao conceito de "preconceito de marca", conceituado por Oracy Nogueira, fato este que lhe dá alguns direcionamentos para promover o curso.

Como um dos objetivos centrais desta pesquisa se volta para a percepção da construção de subjetividades negras nos espaços acadêmicos, tal dado se mostrou importante, merecendo destaque, por revelar que de fato há um movimento no interior do grupo que se volta para a discussão da identidade racial dos indivíduos. Quando a coordenadora comenta, por exemplo, ser uma constante dificuldade por se tratar de um tema complexo, que envolve o reconhecer-se negro na sociedade brasileira, tendo em vista a existência por muito tempo do termo "pardo" e ainda existirem divergências no que se refere ao enquadramento ou não de determinado sujeito naquele grupo; sendo assim, há um direcionamento constante para que seja possível alcançar uma aprendizagem que se volte cada vez mais para a inclusão e para o reconhecimento de sujeitos que ainda não possuem clareza de sua identidade racial.

Ao dissertar sobre o conceito que traz de *Ideal do Ego*, Santos Souza (1983), versa sobre a questão também interna desse indivíduo que tem dificuldades de reconhecer-se enquanto sujeito negro, trazendo fundamento para ressaltar essas complexidades que a coordenadora do NEABI UENF diz quando fala sobre as dificuldades que enfrenta. Assim, explica a autora que,

A violência racista do branco exerce-se, antes de mais nada, pela impiedosa tendência a destruir a identidade do sujeito negro. Este, através da internalização compulsória e brutal de um Ideal de Ego branco, é obrigado a formular para si um projeto

identificatório incompatível com as propriedades biológicas do seu corpo. Entre o Ego e seu Ideal cria-se, então, um fosso que o sujeito negro tenta transpor, às custas de sua possibilidade de felicidade, quando não de seu equilíbrio psíquico. (Souza, 1983, p. 2-3).

Ainda, diz que,

O Ideal do Ego é um produto de decantação destas experiências. Produto formado a partir de imagens e palavras, representações e afetos que circulam incessantemente entre a criança e o adulto, entre o sujeito e a cultura. Sua função, no caso ideal, é a de favorecer o surgimento de uma identidade do sujeito, compatível com o investimento erótico de seu corpo e de seu pensamento, via indispensável a sua relação harmoniosa com os outros e com o mundo. Ao sujeito negro, esta possibilidade é, em grande parte, sonegada. O modelo de Ideal de Ego que lhe é oferecido em troca da antiga aspiração narcísico-imaginária não é um modelo humano de existência psíquica concreta, histórica e, conseqüentemente, realizável ou atingível. O modelo de identificação normativo-estruturante com o qual ele se defronta é o de um fetiche: *o fetiche do branco, da brancura*. (Souza, 1983, p. 2-3).

Mostra-se, no mínimo, sintomático o fato de haver uma necessidade ampla de os referidos núcleos terem como uma constante em suas ações e atividades desenvolvidas a questão étnico-racial, trazendo discussões e reflexões que se voltem para o reconhecimento da identidade desses sujeitos, a necessidade de se atentar para a sua saúde que, institucionalmente também possui atravessamentos do racismo, para a perspectiva de seus direitos e, ainda, políticas públicas de cunho afirmativo. Isso se mostra como um fator de constante enfrentamento realizado pelos núcleos, qual seja, o de enfrentar diretamente esse *Ideal do Ego* colocado sobre os indivíduos negros, bem como também combater o que a autora também mencionou como *fetiche da brancura*, conceitos que surgem para pensarmos sobre a subjetividade desses indivíduos que historicamente sofrem violências e são afetadas em suas perspectivas e elaborações.

Nessa mesma direção, cabe destacar também sobre o PROAFRO que, segundo relato da coordenadora<sup>28</sup>, promove ações na tentativa de tornar o programa da universidade aberto para que todos, quanto possíveis, tenham acesso ao grupo, momento em que retrata as ações extramuros da universidade, através de articulações promovidas junto aos movimentos sociais, que a exemplo, afirmou que desde o primeiro ano da edição do *21 Dias de Ativismo contra o*

<sup>28</sup> Este relato foi extraído a partir de conversa com a coordenadora no âmbito da UERJ, na sala de reuniões do PROAFRO, no dia 20 de abril de 2022.

*Racismo*, o PROAFRO se faz presente e atuante. Além disso, há a participação nos Comitês Técnicos de Saúde da População Negra Estadual e Municipal do Rio de Janeiro; tendo, portanto, uma preocupação com as ações externas à própria universidade, sendo uma dimensão extremamente importante pela qual se direcionam, qual seja, o envolvimento com os movimentos sociais, demais entes públicos e, ainda, outras universidades do país, como a Universidade de Brasília (UNB), a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Universidade Federal da Bahia (UFBA) etc.; essas ações promovidas pelo grupo, reforçam o que fora dito anteriormente, sobre a evidência necessária da temática que reforça a característica de fomento do grupo, qual seja, a luta antirracista e o fortalecimento de identidades.

Quanto ao terceiro ponto de análise, que abrange a questão da percepção dos sujeitos quanto às contribuições do grupo e a influência do mesmo sobre sua identidade e consciência racial, houve relatos muito importantes e que certamente me marcaram durante o acompanhamento. Alguns integrantes negros, principalmente os mais retintos, afirmavam que já se entendiam como pessoas negras, pois em nenhum momento a sociedade e, ainda, seu próprio núcleo familiar, deixava isso passar despercebido; em contrapartida, aqueles de pele mais clara, evidenciaram alguns conflitos que surgiam desde o seu núcleo familiar, que tentava em todo o tempo afirmar a pele clara como não-negra.

Entretanto, em ambos os casos, mesmos aqueles que já se reconheciam enquanto pessoas negras, afirmaram que não tinham o entendimento do significado real e social de ser negro e que tal fato, só veio a surgir após o seu envolvimento com estudos e discussões sobre a temática étnico-racial e, consequentemente, com os núcleos de estudo, neste caso, os NEABs.

Uma das professoras relatou<sup>29</sup>, por exemplo, que na disciplina em que leciona sobre as relações étnico-raciais (não informou o nome da disciplina), percebia que muitas pessoas saíam do período passando a se autoafirmar como negras ou, minimamente, com conflitos e, portanto, com reflexões que surgiam a partir desses conflitos. Destacou, ainda, sobre sua experiência pessoal que apesar de sempre ter se enxergado enquanto mulher negra, o processo de autoafirmação e autoaceitação só se iniciou depois da adolescência, enquanto participava de eventos que chamava de *origem afro*, afirmando que ali se despertava um sentimento de união e consciência negra; a partir desse momento é que reconhece, que começou a se aprofundar no assunto, a entender realmente

---

<sup>29</sup> Este relato foi extraído a partir de uma conversa realizada com a integrante, no dia 03 de maio de 2023, no âmbito da UERJ, sala do PROAFRO.

esse contexto cultural e estrutural no qual o racismo se impõe, através de estudos que realizavam e, com o tempo, começou a contribuir para que outras pessoas também comessem a se autoafirmar e enxergarem a sua importância na sociedade como pessoas negras e então, atuar politicamente na luta antirracista.

Outra integrante do grupo, ressaltou em seu relato<sup>30</sup> também que, com a chegada no NEABI, essa percepção e entendimento de si aflora cada dia mais, pois além de participar, tem contato com relatos de outros participantes e com isso as histórias de vida se entrecruzam, ocorrendo uma espécie de identificação a partir da experiência do outro, surgindo novas reflexões sobre suas próprias experiências de vida. É o reconhecimento de si a partir do outro e a *identidade coletiva* que começa a se mostrar presente no núcleo; percebe-se que quando a integrante também afirma ser um ato político e revolucionário, se trata de uma *pedagogia cívica* emergente nesse espaço, pois entende que tal questão é de cunho eminentemente político, por ser estruturante da sociedade e que tem se mostrado cada vez mais na *esfera pública*.

Sendo assim, fica evidente mais uma vez que, apesar de muitos já chegarem com certa consciência formada sobre si e, ainda, com a consciência do racismo que estrutura e está intrínseco às relações sociais na sociedade brasileira, é a partir do envolvimento com movimentos sociais, coletivos e com grupos na universidade, que essa consciência passa por uma espécie de refinamento e aprimoramento, de forma a conseguir se aprofundar mais sobre o tema, entender as complexidades que permeiam essas relações e, assim, chegar a uma conclusão que partirá de uma forma de agir.

Paiva (2021), ao resgatar autores como Durham (1984) e Touraine, traz uma reflexão importante que é possível de retratar no presente trabalho. Traz a reflexão de como as formas de associação podem interferir na autopercepção dos sujeitos integrantes, afirmando que "Nos movimentos as pessoas se conhecem, ampliam sua sociabilidade e 'aprendem a falar', isto é, tornam-se sujeitos reflexivos capazes de formular questões novas sobre sua experiência de vida" (Durham, 1984, p. 28 apud Paiva, 2021, p. 56-57). E também, ao retratar sobre Touraine, afirma que o autor considera o aspecto do conflito - que neste trabalho evidenciou-se no contexto das identidades - que,

Ele o vê como crucial para a emergência do sujeito. É o momento em que os indivíduos têm condições de agir reflexivamente na construção de sua subjetividade em formas solidárias para a

---

<sup>30</sup> Relato extraído em conversa com a integrante no dia 10 de abril de 2023.

possível construção de ação concertada que vá questionar os padrões socioculturais existentes. (Paiva, 2021, p. 57).

Tais teorias remetem aos conceitos já trazidos neste trabalho de *pedagogia cívica e educação não-formal*, os quais reconhecem esse processo de formação entre os sujeitos componentes de determinados grupos, que aprendem de maneira coletiva, por meio das trocas de experiências, em que não necessariamente existe uma sistematização de conteúdos, mas a própria prática social surge como esse conhecimento que toma novas proporções. Nisso resgato ainda Gomes (2017), quando coloca o movimento negro como produtor de novos saberes, sendo catalisador de novas pedagogias que emergem nesses espaços coletivos de trocas.

Por fim, no que se refere a última análise que pude realizar e que se volta para a principal característica do grupo segundo a percepção dos integrantes, algumas palavras foram recorrentes nos encontros, motivo este que, enquanto pesquisador, colocarei em destaque pois evidentemente surgiram como dado significativo da pesquisa de campo. São elas: *acolhimento*, *ponto/ rede de apoio* e *quilombo/aquilombamento*; tais palavras surgem como um significado particular quando inseridas e contextualizadas no espaço dos NEABs e correlatos.

Quando coloco na plataforma Google a palavra "acolhimento", esta surge com o significado de "maneira de receber ou de ser recebido; recepção; consideração; abrigo gratuito; hospitalidade" (Google, 2023)<sup>31</sup>. Tal significado, expressa bem o sentimento de pertencimento e solidariedade existente entre os integrantes, em que se expressa determinado afeto no momento em que compartilham das suas experiências vivenciadas nos núcleos, juntos aos seus semelhantes.

Neste mesmo sentido e contexto, surgem as palavras *quilombo/aquilombamento* e *ponto/rede de apoio*, que unidas através dos relatos dos participantes, surgem para afirmar que o espaço do NEAB remete a um lugar de segurança, em que se pode expressar com liberdade, analisar sua própria vivência a partir também da visão do outro de forma a somar em sua própria análise, lugar de desabafo, de segurança e, ainda, de compartilhamento.

Entendendo, ainda, que os quilombos, no contexto histórico, eram espécies de comunidades formadas por africanos escravizados e seus descendentes que se organizavam como forma de resistência, tendo em vista que eram compostas por indivíduos escravizados foragidos, cabe-nos pensar sobre o

---

<sup>31</sup> ACOLHIMENTO. In: GOOGLE. Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.google.com/>. Acesso em 17, jul. 2023.

NEABI, como colocado por alguns integrantes, como esse espaço também de resistência frente a um racismo estrutural que violenta cotidianamente esses sujeitos.

Como retratou uma das integrantes<sup>32</sup>, citando inclusive o autor Clóvis Moura em sua fala, afirmou que enquanto grupo na universidade, eram uma espécie de quilombo, com todas as suas vertentes e diversidades, destacando ainda o papel enquanto uma resistência coletiva, afirmando ainda que há um processo de proteção e fortalecimento recíproco em curso, que tem como intenção proporcionar aos participantes um sentimento de pertencimento, como um lugar próprio, em que podem expressar seus sentimentos, suas dores e utilizar esse espaço como cura para as feridas que muitas vezes o racismo impõe.

A partir, portanto, de um empoderamento coletivo, no qual, como bem evidenciou uma das coordenadoras, trabalha-se continuamente sobre o significado social de ser negra/o, os participantes constroem essa rede, com base nas reflexões sobre suas experiências enquanto cidadãos negros em uma sociedade estratificada social e racialmente. Neste ponto, cabe também resgatar o conceito de *negritude* exposto por Munanga (2020) que se evidencia nitidamente nos núcleos, afirma assim o autor que,

Em primeiro lugar é importante frisar que a negritude, embora tenha sua origem na cor da pele negra, não é essencialmente de ordem biológica. De outro modo, a identidade negra não nasce do simples fato de tomar consciência da diferença de pigmentação entre brancos e negros ou negros e amarelos. A negritude e/ou a identidade negra se referem à história comum que liga de uma maneira ou de outra todos os grupos humanos que o olhar do mundo ocidental “branco” reuniu sob o nome de negros. A negritude não se refere somente à cultura dos povos portadores da pele negra que de fato são todos culturalmente diferentes. Na realidade, o que esses grupos humanos têm fundamentalmente em comum não é como parece indicar, o termo Negritude à cor da pele, mas sim o fato de terem sido na história vítimas das piores tentativas de desumanização e de terem sido suas culturas não apenas objeto de políticas sistemáticas de destruição, mas, mais do que isso, de ter sido simplesmente negada a existência dessas culturas. (Munanga, 2020, p. 19).

Destaca então, que

A negritude deve ser vista também como afirmação e construção de uma solidariedade entre as vítimas. Consequentemente, tal afirmação não pode permanecer na condição de objeto e de aceitação passiva. Pelo contrário, deixou de ser presa do ressentimento e desembocou em revolta, transformando a solidariedade e a fraternidade em armas de combate. A negritude torna-se uma convocação permanente de todos os herdeiros dessa condição para que se engajem no combate para

---

<sup>32</sup> Relato extraído no dia 03 de maio de 2023, no âmbito do PROAFRO.

reabilitar os valores de suas civilizações destruídas e de suas culturas negadas. (Munanga, 2020, p. 20)

Assim, é perceptível tal movimento nos referidos núcleos, qual seja, o de descentralizar a questão biológica do ser negro e trazer para o foco principal a afirmação e construção de uma identidade que se baseia muito mais nas suas subjetividades. Ao se entenderem como negros e fazerem um resgate da história dos povos africanos escravizados e da diáspora, através dos estudos contínuos, debates e eventos que promovem, verifica-se socialmente o seu papel como um lugar de afirmação e positivação de experiências, de forma a existir uma organização e com isso, o entendimento de que são sujeitos de direitos, que possuem uma história que merece ser retratada, da mesma forma que também ocorre nos movimentos sociais, coletivos e outros grupos compostos por pessoas negras.

Entretanto, para que isso aconteça, evidencia o autor a necessidade de existir uma aceitação do seu ser em totalidade, considerando tanto os aspectos físicos da sua negritude, como os culturais. Coloca-se o físico em primeiro lugar, pois é este o ponto principal no qual se materializa e concretizam as violências, é esta “marca” que levou historicamente os povos negros a serem diferenciados e que, portanto, surge como um dos aspectos principais da sua identidade.

Com isso, é possível concluir que os NEABs e correlatos, além de surgir como um ponto de apoio para que se efetivem as leis, como a Lei 10.639/03 que visou implementar a história e cultura afro-brasileira nos currículos escolares, o parecer CNE/CP nº 03 de 10 de março de 2004, a Lei 11.645/08 e, ainda a Lei 12.711/12, se mostra de fato como um agente de promoção para combater as desigualdades raciais. Ademais, se mostra como espaço no qual fomenta ainda a permanência desses estudantes nas universidades, diante do acolhimento e reflexões que promove nos sujeitos, tendo em vista que o projeto político de incluir grupos que foram marginalizados socialmente nas universidades ainda não é uma realidade efetiva, ainda mais quando percebemos os cursos mais prestigiados socialmente.

Defende-se, portanto, a partir das elaborações feitas no campo de pesquisa, que tais núcleos de fato fortalecem identidades e subjetividades negras, como também são instrumentos importantes para a promoção das igualdades raciais no espaço universitário e, ainda, transcendendo-o e promovendo ações de cunho afirmativo, sendo um braço importante para qualquer política pública que se produza no governo e principalmente, se revelando enquanto um espaço de

resistência e enfrentamento ao racismo estrutural e institucional que por muito ainda se reproduz na sociedade e nesses espaços.



## 5

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objeto de estudo que deu origem a esta dissertação foi a proposta de investigar em que medida os NEABs ou correlatos têm contribuído para a construção de subjetividades negras dos sujeitos que compõem os espaços discursivos universitários, de forma a ter um olhar para a configuração dessa formação que se embasa, essencialmente, na luta por reconhecimento do povo negro historicamente colocada. Assim, com esta proposta, tive a pretensão de verificar as hipóteses de que a partir de trocas, debates e reflexões realizados nesses espaços formativos, ocorre uma sociabilidade capaz de levar aos sujeitos refletirem sobre suas experiências de vida e formular questões sobre a sua identidade e, ainda, que a partir do sentimento interno de igualdade entre esses sujeitos, surge uma identidade coletiva que pode levá-los a novas percepções de civilidade contribuindo para o seu envolvimento em atividades no espaço público.

Assim, a princípio, pensei na hipótese de que o engajamento e/ou associação nesses grupos inseridos nas universidades, pode significar pedagogias alternativas que possivelmente levariam esses sujeitos a uma participação cívica posteriormente, bem como o fortalecimento de suas identidades. Buscou-se para isso, fontes de informações diversas, como o próprio acompanhamento dos grupos NEABI UENF e PROAFRO UERJ, aqui delimitados, para subsidiar o processo de concretização desses objetivos delimitados.

Para chegar então, a essa formulação, procurou-se demonstrar ao longo deste trabalho a partir de uma sociologia histórica no primeiro momento, a importância do Movimento Negro enquanto sujeito central no pleito pelos direitos da população negra inserida na sociedade brasileira. Dessa forma, identificou-se o quanto suas ações no curso da história e em especial no período de redemocratização, foram importantes para influenciar e ampliar a *esfera pública*, promovendo mudanças de cunho estruturais que influenciaram não apenas a política, mas a cultura e economia do próprio país.

Assim, as diversas ações do Movimento Negro promoveram o resgate e a valorização da cultura africana, resgatando suas raízes, legitimando seus saberes e promovendo uma pedagogia de cunho coletivo que historicamente passou a influenciar boa parte dessa população que por muito teve sua consciência de si

afetada pela *ideologia do branqueamento*<sup>33</sup>, sob um *Ideal do Ego* inalcançável. Um dos exemplos dessas ações, foi a II Assembleia Nacional no dia 4 de novembro de 1978 em Salvador na qual fora instituído o dia 20 de novembro como o dia nacional da Consciência Negra, sendo este um ato político de resistência e ressignificação da memória negra, afirmando a sua real história (Gonzalez, 2022).

Assim, durante tal análise foi identificado que de fato a ascensão do Movimento Negro se dá principalmente a partir da década de 1970, nos estertores do regime militar, momento em que há uma nova reorganização, levando-os a produzir novas demandas frente ao Estado que antes eram invisibilizadas. Rompe-se, de fato com toda estrutura que propunha uma assimilação, resgatando e pontuando suas reais identidades. A organização do CEAA, que posteriormente vai levar a instituição de outras entidades e espaços discursivos significativos para a luta por reconhecimento do povo negro, evidencia que de fato, como reafirma também Cruz (2023) o que fora colocado por Ratts (2009), o Movimento Negro foi gestacionado nos espaços acadêmicos, construindo uma base sólida de discussões e um espaço amplo e diverso para troca de experiências que, com o tempo, embasaram suas demandas.

Resgato e reafirmo assim, o dizer de Gomes (2017), quando coloca que o conhecimento nascido na luta não avança de modo isolado, mas antes se articula com outras formas de conhecimento, como os de cunho acadêmico produzidos na universidades e demais grupos de pesquisa, ressaltando ainda a característica do Movimento Negro enquanto educador, na medida em que durante o seu processo de luta, gera novos conhecimentos que também contribui para a sociedade em geral, formando novas formas de pedagogias.

Esses *frames de ação coletiva*, portanto, foram cruciais para o desmascaramento da democracia racial e da suposta harmonia entre raças que se defendia existir no país. Ademais, como já dito, essas ações também foram catalisadoras para a consolidação de direitos que posteriormente foram reconhecidos na Constituição Federal de 1988, bem como através das Leis 10.639/2003 e 12.711/2012, que surgem como marco na garantia de direitos e reconhecimento das demandas da população negra historicamente colocadas.

A partir dessa historicidade, resgatei ainda conceitos centrais para a análise do objeto, como o de *pedagogia cívica* e *educação não-formal*, para

---

<sup>33</sup> Lélia Gonzalez (2022) vai dizer que a ideologia do branqueamento se trata-se de aparelhos ideológicos que veiculam, juntamente com a democracia racial, valores que apontam para uma suposta superioridade racial e cultural branca, levando com que os negros sintam vergonha de sua condição racial e passem a desenvolver mecanismos de ocultamento de sua “inferioridade”.

pensar sobre esse processo de *subjetivação* pelo qual os sujeitos que ocupam e fazem parte dos NEABs, supostamente passam. Diante dessa análise e, ao verificar que de fato ocorre uma troca de experiências de vida e um reconhecimento recíproco entre esses sujeitos, foi possível constatar que há o fortalecimento dessas identidades negras e, junto a isso, uma forma de empoderamento desses componentes.

Percebi, ainda, que em muitos casos, os integrantes do grupo já chegam com uma percepção de si e até um conhecimento prévio relacionado à questão racial, que muitas vezes surge a partir do contato com as redes sociais e internet, em que se veiculam informações diversas, principalmente por parte de coletivos e movimentos sociais que se utilizam deste meio para propagar informações e suas reivindicações. Este fato, não poderia ser ignorado, tendo em vista que em pleno século XXI, na era da informação, é de se esperar que minimamente cada sujeito tenha tido algum tipo de contato com o tema; entretanto, ressalto que minha análise se voltou para a contribuição desses espaços acadêmicos para a construção e afirmação dessas subjetividades, tendo em vista o processo contínuo de formação pelo qual todos os sujeitos são submetidos durante a vida.

Ademais, constatei que por suas próprias experiências com o racismo na sociedade, para alguns sujeitos não foi dado o "privilegio" de não pensar nesta questão, tendo em vista que não foram poupados das violências simbólicas expressas através de episódios de bullyings no período escolar, e até mesmo na entrada da vida adulta diante de suas relações interpessoais, seja no âmbito do mercado de trabalho ou até mesmo, no que se refere a relações afetivas/amorosas. Assim, apesar de chegarem com certa noção de civilidade e da sua negritude, fato é que, ao se deparar com sujeitos imbuídos de uma trajetória de vida semelhante à sua, ocorre o que foi ressaltado no capítulo 3 deste trabalho, como o processo de reconhecimento recíproco em que se positivam essas experiências, levando-os a reafirmar sua identidade a partir do resgate de sua ancestralidade e das reflexões acerca das estruturas sociais que são eminentemente racistas.

Alguns integrantes chegaram a afirmar, inclusive, que o seu reconhecimento enquanto pessoa preta, se deu apenas ao entrar na universidade e ter contato com o NEAB/PROAFRO, tendo em vista que diante de sua pele mais clara, por muito foram chamados de morenos/mulatos e até mesmo identificados como indígenas.<sup>34</sup> Paralelamente a este processo, identifiquei algo que foi

---

<sup>34</sup> Lembro do relato de uma integrante do PROAFRO UERJ, que afirmou que dentro da sua própria família eles faziam questão de ressaltar sua ancestralidade indígena, por ter cabelos lisos e a pele

surgindo ao longo da minha pesquisa de campo e que talvez, tenha sido a que mais me surpreendeu nessa trajetória, qual seja, a característica dada ao NEAB pela maioria dos integrantes como um espaço de acolhimento.

Percebi que durante os encontros presenciais e durante conversas que tive com alguns participantes que a palavra acolhimento surgia com muita frequência e, enquanto pesquisador, não poderia ser ignorada. Dessa forma, ao considerar este fato, cheguei à constatação de que o âmbito do NEAB, para além de ser um espaço de formação acadêmica e de pesquisa, se revela enquanto um espaço de formação de vida e de fato, como uma rede de apoio aos estudantes que fazem parte.

Assim, considero que esses grupos surgem como uma espécie de ação de permanência para estudantes negros na universidade, a partir da sua característica de acolhimento e, portanto, rede de apoio; inclusive, chego à constatação de que esses grupos se enquadram enquanto política (em sentido amplo do termo) de promoção de igualdade racial no seio das universidades. É perceptível, portanto, o fato de que com o tempo, essa rede se constrói entre os integrantes, fortalecendo seus vínculos que acaba por transcender os muros da universidade e, com isso, diminui as chances de evasão da universidade, seja por questões financeiras, seja por questões de um racismo institucional existente.

Apesar disso, percebe-se ainda, que tanto o NEABI UENF quanto o PROAFRO UERJ, apesar de suas diversas ações e articulações dentro e fora da universidade, ainda ocupam uma posição periférica nas instituições que fazem parte, sendo este fato colocado inclusive pelas respectivas coordenadoras, como a falta de visibilidade e também a falta de recursos para dar seguimento a alguns projetos. Este fato, portanto, contribui para um certo enfraquecimento das atribuições desses espaços, tendo em vista que não dependem apenas de recursos humanos, mas sobretudo materiais, se mostrando assim como um dos principais desafios colocados.

Outra constatação importante, corresponde às relações extramuros da universidade que, como também destacado nesta pesquisa, se mostra imprescindível e de grande relevância. Assim, ambos os grupos delimitados nesta pesquisa demonstraram forte articulação com outras entidades, seja representada por coletivos, como também por outras universidades do país que também discutem sobre as relações raciais no Brasil.

---

mais clara, fato este que a impediu de se enxergar e identificar enquanto uma mulher negra. Assim, foi apenas na entrada do pré-vestibular e depois na universidade, que sua consciência racial passou a ser elaborada e ela se afirmou enquanto mulher negra.

Por fim, constatei também que a luta por reconhecimento da população negra se realiza no lócus que se mostra o NEAB e correlatos, diante do espaço universitário em que existem disputas de narrativas. Dessa forma, é fato que a relação dos NEABs com a instituição em que estão vinculados são permeadas por desafios, contradições e obstáculos para a promoção da igualdade racial, mas que, diante da resistência dos integrantes e coordenadores, ainda assim é possível dar visibilidade à necessidade do combate ao racismo, seja entre as relações interpessoais, seja frente ao próprio racismo institucional.

Com isso, não tenho pretensões de construir generalizações, diante do fato de que toda informação deve ser colocada em seu contexto histórico, político e ideológico. Entretanto, minha pretensão se volta para o desvelamento, mesmo que mínimo, da realidade que perfaz o âmbito dos NEABs para analisar os sujeitos que compõem tal grupo, suas trajetórias de vida e a construção de suas subjetividades negras, entendendo a complexidade que permeia essas relações, principalmente no que tange ao reconhecimento de cor e raça, em que se discute o *colorismo*<sup>35</sup>, por exemplo.

Assim, diante da expectativa de contribuir com a discussão acerca da construção de subjetividades negras e, ainda, com a luta antirracista no processo de efetividade e visibilidade de políticas públicas e, de espaços que promovem a afirmação de identidades negras é que me voltei para este estudo. Diante disto, finalizo essas considerações com a esperança de ter contribuído positivamente na formulação de uma pesquisa que se propõe somar na luta para uma sociedade mais justa, solidária e, ainda, contribuir na luta por reconhecimento da população negra, a qual faço parte e devo este lugar na academia.

---

<sup>35</sup> Apesar de ter noção da existência da discussão voltada ao colorismo, no qual se discute sobre os diversos tons de pele negra e com isso sobre ser ou não ser negro, entendo que não seria interessante, nesse momento, trazer tal discussão, já que meu foco central se voltada para as pedagogias nesses espaços e os processos de subjetivação dos sujeitos.

## 6

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARCELOS, L. C.; MACHADO, E. A. Relações Raciais entre Universitários no Rio de Janeiro. **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 23, n. 2, p. 1-36, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aaa/a/LvZbdKXY6GT6syys8cQYMjz/?lang=pt#>. Acesso em: 12 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura AfroBrasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF: Presidência da República, 2008.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm). Acesso em: 01 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação **Parecer CNE/CP no 03, de 10 de março de 2004**. Dispõe sobre as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de **Resolução CNE/CP no 01 de 17 de junho de 2004**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: MEC, 2004.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001465832>. Acesso em: 02 maio 2023.

CARVALHO José Murilo. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987 (adaptado).

CÉSAIRE, Aimé. **Diário de um retorno ao país natal**. São Paulo: Ed. USP, 2012.

CÉSAIRE, Aimé. Discurso sobre a negritude. In: CÉSAIRE, Aimé; MOORE, Carlos. (org.) **Discurso sobre a negritude**. Belo Horizonte: Nandyala, 2010. p. 107-114.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020. 136 p.

CRUZ, Felipe Bellido Q. **A relação entre o Movimento Negro e os Intelectuais da geração de 1970 e 1980**: O caso do Rio de Janeiro. Tese. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio. Rio de Janeiro. 2023.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando**: uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

DIAS, Érica Fernandes. **Avaliação de políticas públicas de ações afirmativas: a implementação dos NEABI's - Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas - no IFCE e as transformações nas relações étnico-raciais**. Orientadora: Alba Maria Pinho de Carvalho. 2020. 146 f. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) – Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

DOMINGUES, Petrônio José. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Revista Tempo**, Universidade Federal Fluminense, v. 23, p. 100-122, 2007.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

GOHN, M. G.. **Educação não-formal e cultura política**: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GOHN, M. G.. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. *In*: **Revista Ensaio**: avaliação e políticas públicas em educação, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, jan./mar., 2006.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022. 144 p.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Modernidades negras**: a formação racial brasileira (1930-1970). São Paulo: Editora 34, 2021.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

HASENBALG, Carlos A.; SILVA, Nelson do Valle. Raça e oportunidades educacionais no Brasil. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, n. 73, p. 5-12, maio 1990. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n73/n73a01.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2023.

HERINGER, R. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 18, p. 57-65, 2002. Suplemento.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2009.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

LIMA NETO, F.. Teoria sociológica e cidadania: velhos e novos desafios da sociologia política. Lua Nova. **Revista de Cultura e Política**, v. 114, p. 287-312, 2021.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: usos e sentidos. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. (Coleção Cultura Negra e Identidades).

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

OLIVEIRA, S. M. F. Os trabalhadores urbanos e a ditadura militar. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 2436, abr./jun. 1987.

PAIVA, Angela Randolpho. **Dinâmicas sociais na luta por direitos no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Pallas, 2021.

PAIVA, Angela Randolpho. Teorias do reconhecimento e sua validade heurística para a análise da cidadania no Brasil. **Revista Política e Sociedade**, Santa Catarina, v. 17, p. 258-285, 2018.

PEREIRA, Amauri M. "Deu samba": O CEAA e a militância política-acadêmica na luta contra o racismo no Brasil. **Afro-Ásia**, n. 66, p. 551-581, 2022.

RATTS, Alex. Corpos negros educados: notas acerca do movimento negro de base acadêmica. **NGUZU: Revista do Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos**, Londrina, v. 1, p. 28-39, 2011.

RATTS, Alex. Encruzilhadas por todo percurso: individualidade e coletividade no movimento negro de base acadêmica. In: PEREIRA, Amauri Mendes; SILVA, Joselina da.(org.). **Movimento negro brasileiro**: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil. Belo Horizonte: Nandyala, 2009.

REIS, M. C. G.; CEZAR, L. S. O núcleo de estudos afro-brasileiros e indígenas da universidade estadual do norte fluminense Darcy Ribeiro e o combate ao racismo. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 14, n. 39, p. 18-44, 2022. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1380>. Acesso em: 28 ago. 2023.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Lei nº 4.151, de 04 de setembro de 2003**. Institui nova disciplina sobre o sistema de cotas para ingresso nas universidades públicas estaduais e dá outras providências. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/rj/lei-ordinaria-n-4151-2003-rio-de-janeiro-institui-nova-disciplina-sobre-o-sistema-de-cotas-para-ingresso-nas-universidades-publicas-estaduais-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 03 jul. 2023.



SEYFERTH, G. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 53, p. 117-149, mar./maio, 2002.

SILVA, N. do V. O preço da cor: diferenciais raciais na distribuição da renda no Brasil. **Pesq. Plan. Econ.** Rio de Janeiro, 10(1), p. 21-44, abr., 1980.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983. (Coleção Tendências, v.4).

TOURAINE, Alain. **Crítica da modernidade**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

TOURAINE, Alain. **Pensar outramente o discurso interpretativo dominante**. Tradução de Francisco Morás. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

VIANNA, Luiz Werneck. **A revolução passiva**: iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1997.